

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 114

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE SETEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

Ato da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 009/2002**

Data: 3 de setembro de 2002

Súmula: Altera a redação do artigo 1º da Resolução nº 08/2002, de 03 de julho de 2002. (Vale Refeição)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Resolução nº 08/2002, de 3 de julho de 2002, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica concedido aos funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa o Vale Refeição, instituído pela Lei nº 6321, de 14 de abril de 1976.”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 03.09.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 074ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE SETEMBRO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Cesar Seleme.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Divanir Braz Palma, Plauto Miró Guimarães;

PTB: Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário; PSC: Fernando Guimarães (45). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Caíto Quintana, Ricardo Chab, Luiz Carlos Martins; Carlos Simões, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Durval Amaral e Miltinho Pupio (09).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Ordinária, ocasião em que este Poder Legislativo prestará homenagem à valorosa Polícia Civil do Estado do Paraná, pelos seus 149 anos de criação.

É com satisfação que anuncio a presença nesta Mesa do senhor José Tavares, ex-colega nosso, secretário de Estado de Segurança Pública, Justiça e Cidadania e o Dr. Leonil Ribeiro, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro a ser cantado pelo Coral da Polícia Civil do Estado do Paraná.

(Execução do Hino Nacional Brasileiro)

Solicito ao Exmo. Sr. 1º Secretário, deputado Valdir Rossoni, que proceda a leitura dos termos da placa de homenagem à Polícia Civil do Estado do Paraná, por ocasião do seu 149º aniversário de criação.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)
(Lê termos da placa)****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Tenho a mais elevada satisfação em convidar o Exmo. Sr. secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares, para que proceda a entrega da placa em homenagem aos 149 anos da Polícia Civil do Estado do Paraná ao Ilmo. Sr. Dr. Leonil Ribeiro, que é delegado chefe da Polícia Civil do Estado do Paraná.

(É procedida a entrega da placa e execução de uma canção pelo Coral)

Esta Presidência concede a palavra ao Exmo. Sr. deputado Algaci Tulio que, em nome deste Poder executivo, saudará a valorosa Corporação da Polícia Civil do Estado do Paraná pelo seu 149º aniversário.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, deputado Hermas Brandão; senhor secretário de Estado da Segurança Pública, José

Tavares, que neste ato representa o governador do Estado, Sr. Jaime Lerner; senhor diretor da Polícia Civil, Leonil Ribeiro; senhor 1º Secretário, deputado Valdir Rossoni; senhor secretário, deputado Cesar Seleme; senhores parlamentares; convidados; senhores delegados de polícia; policiais civis que neste momento prestigiam este evento; senhor coronel comandante da Polícia Militar, Gilberto Foltran, que também prestigia este evento em comemoração aos 149 anos da nossa Polícia Civil, sua co-irmã que, irmanadas (Polícia Civil e Polícia Militar), fazem hoje o trabalho de segurança que a população do Estado do Paraná necessita.

Venho a esta tribuna, senhor presidente, dizer que a nossa instituição, a Polícia Civil do Estado do Paraná, merece de cada um dos senhores parlamentares que têm nas suas cidades, que representam os 399 municípios que compõem a estrutura administrativa do Estado do Paraná a presença da nossa importante instituição da Polícia Civil. Instituição essa que tão bons serviços tem prestado à sociedade, muito embora nem sempre o desejado por essa sociedade que, ao se sentir atingida por um ato de violência, descarrega imediatamente a sua ira em cima da polícia. No entanto, sabemos que os problemas maiores que atingem o nosso País são os problemas sociais; é a questão do desemprego; a necessidade de uma política mais forte por parte do futuro governante do Estado do Paraná e por parte do futuro Presidente da República, terá que ser muito forte na questão do desemprego, porque a partir do momento em que se combate o desemprego, a partir do momento em que se ocupa a mente do cidadão, conseqüentemente ele não estará voltado para o crime, para a violência.

Hoje o País sofre extraordinariamente a questão do desemprego. Isso tudo desemboca na área da segurança pública. E aí se exige milagre por parte da Polícia Militar, por parte da Polícia Civil e se joga sobre essas instituições a responsabilidade de encontrar soluções. E isso, evidentemente, não cabe somente às instituições, cabe, sim, a uma política de desenvolvimento, uma política que proporcione ao cidadão um emprego desejado para o combate à fome, à miséria que atinge o seu lar e a sua família.

Nós poderíamos aqui, senhor presidente, senhores deputados, falar muito a respeito da nossa instituição, da Polícia Civil. Tenho um carinho todo especial. Forjei a minha vida profissional como homem de imprensa que completa agora neste mês 45 anos de atividades, aproximadamente 35 anos voltados para a área policial, onde frequentei delegacias de polícia, onde frequentei o Instituto Médico Legal, onde passei dias, noites e madrugadas frias em busca da notícia para melhor informar o ouvinte. Conheço desde a parte mais simples da Polícia Civil, desde o que é plantão de uma Delegacia de Polícia, o policial simples, até um delegado, até um diretor, sabendo da sua vida, do seu trabalho e da sua dedicação em prol da sociedade.

Convivi durante todo esse tempo com essa instituição, a qual tenho na verdade, não só neste plenário, mas

nos meus microfones de rádio ou de televisão, faço sempre a defesa da instituição, em primeiro lugar, se há um cometimento de uma irregularidade por parte de um policial, um fato isolado não pode atingir a instituição, da mesma forma faço isso em relação à Polícia Militar.

Por isso, senhores deputados, quando estamos aqui nesta data, comemorando os 149 anos desta instituição há de se fazer também uma reflexão: o que é que mudou, o que melhorou nesta estrutura da Polícia Civil? Continuamos, praticamente com o mesmo contingente, ainda se não menor, porque à medida que o tempo passa vão aparecendo as aposentadorias de pessoas do mais alto gabarito, os delegados operacionais de primeiríssima qualidade começam a deixar a instituição e dão lugar aos novos que estão chegando. Mas, é preciso que o governo do Estado e aqui está o senhor secretário que sabe disso melhor do que eu, que haja, na verdade, uma melhoria para o aparato policial, não apenas pudemos sentir, evidentemente, que o governo investiu, investiu bastante até na área de melhoria de equipamentos, viaturas, armamentos, coletes, melhoria das delegacias das próprias penitenciárias, no sentido de dar um pouco mais de segurança.

Mas, é preciso, acima de tudo, também investir no homem, é necessário dar a valorização que o policial necessita e esta Casa nesses últimos sessenta dias, aproximadamente, votou três matérias importantes relacionadas à Polícia Civil, das quais este parlamentar diretamente esteve envolvido. Foram as mudanças introduzidas no novo Estatuto da Polícia Civil que acho que teve um avanço extraordinário, proporcionando uma valorização melhor do policial civil.

Recentemente, um projeto de autoria do deputado Hermas Brandão, que trata das aposentadorias especiais dos policiais civis, que relatamos na Comissão de Constituição e Justiça com muita profundidade e que felizmente o governo do Estado também já sancionou, possibilitando esta vantagem de aposentadoria especial, reconhecendo à função de risco que é a função do policial civil. E agora, mais recentemente nesta Casa, onde também fui relator de uma matéria do governo do Estado, que proporciona a reestruturação do nosso policial civil, também aprovado por unanimidade por esta Casa e aguardando apenas que o governo do Estado sancione nos próximos dias, que é sem dúvida alguma a expectativa que tem o policial civil.

Portanto, esta Casa tem sido muito sensível, tem sido muito solidária com relação à questão da Polícia Civil Militar. Vivemos um momento agora de intranquilidade nos quartéis e aqui está o senhor coronel comandante presente a esta Sessão, isto porque a Polícia Militar também aguarda que o governo do Estado encaminhe a esta Casa uma mensagem, dando condições de melhoramento profissional ao policial militar. Aguardamos com expectativa que esta matéria venha para o plenário da Assembléia Legislativa, para que posamos também atender os irmãos policiais militares porque irmanados, Polícia Civil e Polícia Militar, nós só teremos bons resultados

em favor da nossa sociedade. A partir do momento em que há uma diferenciação de tratamento para o policial civil ou para o militar, em detrimento ao militar ou civil, evidentemente que aí as coisas não caminham como desejamos, e esperamos com muita ansiedade que o governador encaminhe para a Assembléia o mais rápido possível este novo estudo que está se fazendo em cima da questão da Polícia Militar.

Sabemos que o impacto na folha de pagamento realmente é grande, na ordem de 12 para 14 milhões de reais, mas é necessário encontrar uma saída. O que queremos é que haja uma equiparação entre policial civil e policial militar para que todos, com tranqüilidade, possam trabalhar e prestar serviço a nossa sociedade.

O que não pode haver é a diferenciação salarial que provoca, sem dúvida alguma, uma questão de rivalidade entre as duas polícias. Hoje, graças a Deus, já se está trabalhando na integração, já temos uma boa integração entre Polícia Civil e Polícia Militar. Não sabemos ainda até onde vai o processo da unificação. Não sabemos também se é este caminho que queremos, que a sociedade quer e que as próprias instituições querem, se é realmente uma unificação, Polícia Militar e Polícia Civil. A verdade é o que é mais importante, sem dúvida alguma, é a valorização do homem, é dar condições salariais para que o policial saia de casa de manhã, de madrugada, vá para o trabalho, deixe a família com tranqüilidade, sabendo que não vai faltar nada em casa e que se porventura um incidente o atingir, aquela família não vai ficar, evidentemente, passando privações. É tudo isto que queremos, realmente é esta valorização do nosso policial civil.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados é com muito orgulho, com muita satisfação que nós fazemos, ocupamos a tribuna da Assembléia em seu nome, senhor presidente, e desta Casa, para desejar aos nossos integrantes na instituição Polícia Civil do Paraná, desejar muita sorte, muita felicidade e que possamos, em tempo bem breve, vermos, sem dúvida alguma, os anseios da instituição atingidos, tanto para o policial de base, para o delegado, para o diretor, aquele que atinge o grau mais alto da carreira da Polícia Civil e sabemos que hoje a polícia Civil é agradecida ao governo do Estado, talvez não no seu todo, mas pelo menos em boa parte ela viu atingidos os seus objetivos. Agora, o que nós queremos, que também esses objetivos sejam atingidos a nossa corporação da Polícia Militar que precisa também de uma reestruturação do seu quadro, de uma melhoria salarial, para que tenhamos o desnível entre policial civil e policial militar.

Que Deus ajude que todos aqueles que já passaram pelos quadros da Polícia Civil - eu poderia aqui nominar delegados que foram grandes incentivadores da minha carreira de repórter policial: doutor Miranda A, doutor Gidalti Nascimento, doutor Zacarias e tantos e tantos outros, que foram, sem dúvida, alguma mola propulsora para incentivar este deputado a trilhar um caminho cor-

reto na informação, na crítica, no comentário no dia-a-dia do rádio.

Por isso, volto a dizer que sou muito grato, mas muito grato mesmo, a esta instituição a qual defendo com “unhas e dentes”.

Demonstramos isso na CPI do Narcotráfico, a nível nacional, que passou por aqui, quando se fizeram muitas acusações e pouco ou quase nada de concreto se provou. No entanto hoje, estamos vendo policiais civis trabalhando com muita força de vontade, para demonstrar ao nosso Estado, que quando são dadas condições materiais ao homem, que ele estando bem ou pelo menos razoável financeiramente, ele pode sem dúvida alguma, desempenhar o trabalho que toda a sociedade exige dele, do policial.

Parabéns a nossa Polícia Civil do Paraná.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Temos a honra de receber aqui, em nosso Plenário, o senador Roberto Freire e o deputado federal Rubens Bueno, que muito nos honram com suas presenças.

É uma satisfação para esta Casa em recebê-los.

E com a máxima satisfação que concedo a palavra ao Ilmo. Sr. doutor Leonyl Ribeiro, delegado-geral da Polícia Civil do Estado do Paraná.

O SR. LEONYL RIBEIRO

Senhor presidente, deputado Hermas Brandão, senhor 1º Secretário, deputado Edno Guimarães, senhor 2º Secretário deputado Cezar Silvestri, senhor secretário da Segurança Pública, doutor José Tavares, senhores deputados que honram e dignificam esta Casa, senhores conselheiros da Polícia Civil, demais delegados e policiais civis, senhor comandante da Polícia Militar coronel Gilberto Foltran, senhores oficiais da Polícia Militar, senhores da imprensa, meus amigos do Coral da Polícia Civil, meus senhores e minhas senhoras.

“Hoje estamos aqui nesta augusta Casa Legislativa para comemarmos mais um aniversário da Polícia Civil do Paraná.

Completa ela no dia 28 próximo vindouro, 149 anos de existência. Período este em que a nossa querida Polícia Civil, teve momentos de glória e de sacrifício. Em muitas dessas ocasiões, serviu mais aos governantes do que à população, especialmente nos períodos ditatoriais, através da extinta DOPS.

Hoje, no Estado Democrático de Direito, a Polícia Civil está voltada quase que exclusivamente para atender o cidadão, prevenindo e reprimindo crimes e criminosos. Dos tropeços e sacrifícios que lhes foram impostos até mesmo da CPI recente do crime organizado, tirou-se lições de cidadania e de como agir e evoluir dentro da legalidade e de respeito aos Direitos Humanos. Profissionaliza-se a cada dia que passa.

Hoje no Paraná, graças a Deus, não existe mais a figura espúria do chamado “delegado calça curta”.

A atual administração da Polícia Civil e da SESJ, vem lutando e até punindo o servidor policial que der guarida ao nefasto “bate pau”.

Queremos uma Polícia Civil profissionalizada em todos os níveis sem amadorismo e sem improvisação. Queremos e lutamos para uma Polícia Civil investigativa, competente, séria e respeitada pelo resultado de seu trabalho e que não seja guardiã de presos.

Queremos uma Polícia Civil que investigue e monte um inquérito policial de forma a não deixar dúvida quanto a autoria e a materialidade de um crime e nos prazos normais estabelecidos.

Só vontade não basta, é preciso pessoal e equipamentos modernos e em quantidade e qualidade para enfrentar o crime e o criminoso, cada vez maior e mais sofisticados, especialmente nos dias de hoje em que não somente a economia se globalizou, mas também o crime a acompanhou e o narcotráfico, que a cada dia se expande pelo mundo inteiro, trazendo em consequência, a desagregação da família e da sociedade como um todo, aumentando a intranquilidade dos cidadãos.

Procurando melhorar as condições da Polícia Civil, a Secretaria da Segurança Pública, Justiça e Cidadania, encontrou um secretário que conhece e vive o problema da Segurança Pública, sensível aos problemas que o Paraná vem enfrentando, o qual propôs e conseguiu a nomeação de 900 policiais civis, entre investigadores e escrivães, em seguida conseguiu abertura de concurso público para delegados, que recentemente foram nomeados.

Os investigadores e escrivães cursaram durante quatro meses a Escola Superior da Polícia Civil, tendo recebido o mais completo ensinamento desde o manuseio de armas, exames em veículos, abordagem policial, até o intrincado problema do narcotráfico e do crime organizado, nas suas mais sofisticadas formas no Estado e até no exterior, e após esse curso foram designados para prestarem serviços nas dezenas de unidades policiais da capital e do interior.

Os delegados também estão cursando a mesma escola, e dentro de pouco mais de um mês estarão prestando serviços nas comarcas do interior do Estado, não ficando uma única comarca sem delegado de polícia, e com reforço em outras onde não existem delegados para atender às Delegacias de cidades que não são sedes de comarca.

A informatização da Polícia Civil era um sonho quase inatingível, mas graças a visão e o empenho do senhor secretário e a boa vontade do senhor governador, Curitiba já está informatizada e antes do final do ano todas as subdivisões e sedes de comarcas estarão também informatizadas, e assim o Paraná estará ligado on line.

A atual administração investiu milhões de reais para aquisição de modernos e sofisticados equipamentos para enfrentamento do crime e do criminoso. Adquiriu

também coletes à prova de bala para proteção dos nossos policiais de linha de frente, armas, munições, etc, como também quase trezentos veículos para renovar a frota própria da Polícia Civil.

Aplicou também milhões de reais na reforma e ampliação de delegacias e cadeias públicas.

A superlotação de cadeias públicas com constantes fugas e rebeliões, interdições judiciais, eram motivo de intranquilidade e preocupação constantes mas também o empenho e o dinamismo do secretário da SESJ, barreiras foram superadas e em pouco tempo se fez mais unidades prisionais no Estado do que anteriormente se fez em toda a sua história, prisões modernas, trazendo novos conceitos sobre o tratamento penal.

Com a renovação de milhares de presos que estavam nas cadeias públicas, para referidas unidades prisionais, dezenas de policiais foram liberados para exercerem suas atividades-fins com isso melhorando a Segurança do Estado.

Durante estes dois últimos anos, foram realizados inúmeros cursos de aperfeiçoamento e reciclagem de nossos policiais em Curitiba e até em outras cidades do país, pelo que contamos também com a ajuda do Ministério da Justiça.

Não podemos dizer que ainda não temos problemas na Polícia Civil, mas podemos, sem medo de errar, dizer que a Polícia Civil de hoje não é a mesma de alguns anos atrás e esperamos que essa caminhada continue para que, em breve, a Polícia Civil do Paraná, seja modelo para as demais Polícias Cíveis do Brasil.

Para finalizar, queremos agradecer ao senhor governador Jaime Lerner e ao secretário da SESJ, doutor José Tavares, pelo muito que fizeram em prol da Polícia Civil e consequentemente da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Agradecemos a Polícia Militar pelo trabalho integrado e a colaboração dada à Polícia Civil.

Agradecemos às autoridades do Poder Judiciário e do Ministério Público, com as quais a Polícia civil tem trabalhado e recebido o indispensável apoio.

Agradecemos à imprensa do Estado do Paraná que sempre nos prestigiou e colaborou com a Polícia Civil. Agradecemos a todas as autoridades, quer seja municipal, estadual ou federal, pela colaboração também dispensada a Polícia Civil. Agradecemos à Assembléia Legislativa e aos senhores deputados que, diariamente, nos mais diversos locais do Estado tem colaborado com a Polícia Civil e por ter recentemente aprovada, em caráter de urgência, uma mensagem do Executivo, corrigindo uma grave distorção salarial de nossos policiais de base, e fazendo uma reclassificação de cargos previstos na Lei Complementar nº 89.

A todos nosso muito obrigado.”

Agradecemos a todos, mas não podemos deixar de citar aqui a presença do representante da nossa Associação, Dr. Faúse Salmei, presidente da Adepol, nosso representante aqui da Associação dos escrivães Vilmar

Marino Brasil; também Jorge Luiz de Lima, presidente da Associação dos Papiloscopistas; Sr. Wilson Vila, presidente da União da Polícia Civil; Dra. Valéria de Souza, presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis, senhores ilustres conselheiros da Polícia Civil aqui presentes e também o vice-diretor da Escola de Polícia Civil, aqui representando o seu diretor, como também o diretor do Instituto de Identificação.

Agradecemos a todos pela colaboração e desejamos que no próximo ano possamos estar aqui, dizendo que a Polícia Civil atingiu a sua meta.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos agradecer a presença do secretário José Tavares; Dr. Leonil Ribeiro, nosso delegado geral da Polícia Civil; Dr. Fause, presidente da Associação e todos os delegados e membros da Polícia Civil do Paraná, pelo trabalho que fazem pela segurança do nosso Estado, pela responsabilidade que tem pela segurança do nosso Estado.

A Assembléia, de forma nenhuma, poderia ficar ausente quando se comemora mais um aniversário da nossa Polícia Civil.

Nossos agradecimentos pela presença de todos.

Está suspensa a Sessão por alguns minutos.

Está reaberta a Sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 034/2002

Curitiba, 20 de agosto de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao Provopar (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social, área edificada com aproximadamente 100,00 m², localizado no 1º andar do bloco "B" do Edifício Sede do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, localizado nesta Capital, no bairro do Batel, na Rua Hermes Fontes, nº 115, em edifício construído sobre imóvel de propriedade do Estado do Paraná e do próprio IASP, conforme o que consta respectivamente na transcrição nº 36.990, do livro 3-K, do Car-

tório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária da Capital e transcrição 51.610, do livro 3-AX, do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição Imobiliária, também da Capital.

O Plano de Lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses públicos, justificando-se plenamente pelos inestimáveis, expressivos e muito considerados trabalhos sociais que o Provopar vem desenvolvendo no Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 035/2002

Curitiba, 23 de agosto de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a revogação da Lei nº 13.224/2001 e a restauração dos efeitos das Leis nºs 12.941/2000 e 12.954/2000.

As leis cujo revigoramento é pretendido, autorizam o Poder Executivo a ceder, pelo prazo de 15 anos, prorrogáveis, à Organização Mundial da Família, o imóvel situado à Avenida Manoel Ribas, nº 7.115, no Bairro de Santa Felicidade, em Curitiba, parte de propriedade do Estado do Paraná e parte do Instituto de Ação Social do Paraná - IAS (ex-Instituto de Assistência ao Menor), denominado de "Educandário Santa Felicidade", conforme consta nas Transcrições de números 52.084, 49.643, 48.185, 29.054 e 13.885, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, contendo área superficial de aproximadamente 13.000 m² e benfeitorias.

O referido imóvel será utilizado como sede da Organização Mundial da Família (OMF) - América Latina, bem como sede da União Nacional das APMIS e de um Centro de Treinamento Internacional para as questões relativas à criança e à família.

A presente proposição decorre de novas manifestações da futura cessionária, feitas após a revogação da autorização que havia sido aprovada, as quais levaram o Poder Executivo a reconsiderar o assunto e reconhecer a conveniência e viabilidade da cessão de uso de tal imóvel.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:**OFÍCIOS**

Sob o nº CTL/SEEG/435/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder, o Projeto de Lei nº 158/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/436/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 568/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/432, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443 e 444/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

436/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Ângelo Cretã de Educação Ambiental, com sede e foro no município de Campo Largo, o qual foi convertido em Lei nº 13.743. **Anote-se - Arquivo-se.**

332/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, o qual foi convertido em Lei nº 13.744. **Anote-se - Arquivo-se.**

339/2002: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a firmar, com a Secretaria da Receita Federal, termo de cessão de uso do imóvel que especifica, situado no km 683 da BR-277, o qual foi convertido em Lei nº 13.745. **Anote-se - Arquivo-se.**

429/2002: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Sol, com sede e foro no município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 13.746. **Anote-se - Arquivo-se.**

486/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Lúcia Malucelli Cherobim, situada nas divisas dos municípios de Porto Amazonas e da Lapa, o qual foi convertido em Lei nº 13.747. **Anote-se - Arquivo-se.**

335/2002: De autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Lunardelli, com sede no município de Lunardelli e foro no município de São João do Ivaí, o qual foi convertido em Lei nº 13.748. **Anote-se - Arquivo-se.**

009/2001: De autoria do deputado Nereu Moura, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dr. Edgard Antônio Lippmann Júnior, o qual foi convertido em Lei nº 13.749. **Anote-se - Arquivo-se.**

318/2002: De autoria do deputado Durval Amaral, que denomina de “Viaduto Madre Leônia Milito”, o acesso do Contorno Leste da cidade de Cambé, o qual foi convertido em Lei nº 13.750. **Anote-se - Arquivo-se.**

262/2002: De autoria do deputado Elio Lino Rusch, que autoriza a construção de uma Mini Usina Elétrica, localizada no Rio São Francisco Falso, no município de Céu Azul - Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 13.751. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 1723/2002, do senhor Rinaldo Junqueira de Barros - Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Associação Municipal dos Suinocultores de Marechal Cândido Rondon. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1753/2002, do senhor Rinaldo Junqueira de Barros - Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Pontal do Paraná - ACIAPAR/PR.

Sob o nº 88/2002, do senhor José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR., destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Emenda Constitucional:**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº**

Art. 1º - Fica criado o Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, na estrutura da Segurança Pública, através da alteração, modificação e inserção dos dispositivos da Constituição Estadual especificados nesta Emenda Constitucional.

Art. 2º - Os parágrafos 4º e 5º do artigo 45 da Constituição Estadual, passam a ter a seguinte redação:

“§ 4º - O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do tribunal competente, em tempo de paz, ou de tribuna especial, em tempo de guerra.

§ 5º - O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.”

Art. 3º - O artigo 46 da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 46 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida para a pre-

servação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

- I - Polícia Civil;
- II - Polícia militar;
- III - Polícia Científica;
- IV - Corpo de Bombeiros Militar”.

Art. 4º - O artigo 48 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

“Art. 48 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, forças estaduais, instituições permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina militares, possuem como missão:

§ 1º - À Polícia Militar cabe a polícia ostensiva, a prevenção da ordem pública, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ferroviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

§ 2º - Ao Corpo de Bombeiros Militar cabe a prevenção e combate a incêndios, perícia e pesquisa de sinistros, buscas, salvamentos, socorros públicos, administração e execução de atividades de defesa civil, atendimento pré-hospitalar de emergência, edição de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio e pânico, além de outras formas e funções definidas em lei.

§ 3º - As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda sua plenitude aos oficiais da ativa, reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sendo-lhes privativos os títulos, uniformes militares e postos até o coronel”.

Art. 5º - O artigo 49 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

“Art. 49 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, comandados por oficial da ativa do último posto dos seus respectivos Quadros de Oficiais, forças auxiliares e reserva do Exército, e a Polícia Civil, subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades”.

Art. 6º - Altera os incisos VII e XI do artigo 53 da Constituição Estadual, que passam a ter a seguinte redação:

“VII - fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração Pública”.

Art. 7º - Altera os incisos II e III do artigo 66 da Constituição Estadual, que passam a ter a seguinte redação:

“II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de militares do Estado para a reserva;

III - organização da defensoria Pública do Estado, das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar”;

Art 8º - O Parágrafo 2º do artigo 108 da Constituição Estadual, passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º - Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os Policiais Militares e Bombeiros nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação dos praças.”

Art. 9º - Inclua-se nas Disposições Constitucionais Transitórias, onde couber, os seguintes artigos:

“Art....- Ficam assegurados, até a aprovação e regulamentação das leis que disporão a organização do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná estatuto, vencimentos, vantagens, promoções, regulamento disciplinar e demais normas afins, aos integrantes da Corporação, inclusive todos os deveres, direitos e prerrogativas previstos na legislação vigente para os integrantes da Polícia Militar do Paraná.

Art....- O Poder Executivo, através de decreto, disponibilizará o quadro de bombeiros, inserido na estrutura da Polícia Militar do Paraná, a prestar serviços nas estrutura do Corpo de Bombeiros Militar até sua estruturação.

Art....- Fica garantida a assistência médica, hospitalar, psicológica e odontológica pelos serviços de saúde da Polícia Militar do Paraná, ao efetivo do Corpo de Bombeiros, até que se organizem as estruturas do novo órgão para atendimento próprio.

Art....- O efetivo fixado para ativação do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, ora criado por força de Emenda Constitucional, é o previsto na Lei nº 7.047 de 21 de novembro de 1978, alterada pela Lei nº 10.956 de 15 de dezembro de 1994, do quadro de organização da Polícia Militar do Paraná.

Art....- O direito a opção e a movimentação dos Oficiais e Praças será regulamentado por decreto do chefe do Poder Executivo, ouvidos os Comandantes Gerais da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Art....- Fica assegurado ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná a posse de todos os bens móveis e imóveis de seu uso.”

Art. 10 - No prazo de 180 dias, a contar da data da promulgação desta Emenda Constitucional, o Poder Exe-

cutivo encaminhará projeto de lei à Assembléia Legislativa, propondo a Lei de Organização Básica, Estatuto, Fixação do Efetivo, Código de Remuneração e outras que se fizerem necessárias à implantação e funcionamento do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Art. 11 - Esta Emenda Constitucional entre em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO

DURVAL AMARAL e

ALGACI TULIO

Apoiamento:

Nelson Garcia, Fernando Ribas Carli, José Maria Ferreira, Edno Guimarães, Luiz Carlos Zuk, Duílio Genari, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães, Hidekazu Takayama, Cezar Silvestri, Sérgio Spada, Divanir Braz Palma, Serafina Carrilho, Fernando Guimarães, Nelson Justus, Renato Gaúcho, Luiz Carlos Alborghetti, Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Hermes Fonseca, Ademir Bier, Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Neivo Beraldin, Antonio Anibelli, Waldyr Pugliesi, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Luiz Accorsi, Moysés Leônidas, Pastor Edson Praczyk

JUSTIFICATIVA:

1. Introdução

O Corpo de Bombeiros do Paraná é integrante da estrutura orgânica da Polícia Militar, como órgão de execução das atividades de bombeiro, íntegra, na Constituição Estadual, o capítulo da segurança pública.

Este vínculo de subordinação de uma estrutura vinculado à salubridade e tranquilidade públicas, atuando no combate a incêndios buscas e salvamentos, atendimento ao trauma e às calamidades públicas, a um órgão de prestação de serviços eminentemente policial, voltado à segurança pública, muitas vezes foge à compreensão lógica causando inúmeros transtornos nas atividades operacionais, como seleção, recrutamento, formação especialização e aperfeiçoamento de recursos humanos, na radicalização e emprego dos efetivos na canalização e otimização dos recursos financeiros e materiais.

Há setores da sociedade especialmente entre os mais conservadores, que mantêm a falsa idéia de que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros são instituições afins, com formação, objetivos e métodos iguais ou semelhantes.

Vislumbra-se o Corpo de Bombeiros do Paraná como uma Organização com administração autônoma, possibilitando uma identidade própria na formação e qualificação de pessoal, bem como, um serviço de bombeiros mais eficiente, eficaz e efetivo.

Atualmente, dentre os 27 Estados da Federação, 19 possuem os Corpos de Bombeiros Militares autônomos, ou seja, Instituições independentes das Polícias Militares.

A desvinculação está enraizada na certeza de que a melhor organização dos instrumentos de defesa da sociedade é determinante para a eficiência do Estado, na proteção do cidadão e na integração social.

Os principais fatores a serem considerados para mostrar a necessidade da desvinculação do Corpo de Bombeiros, são:

- crescimento institucional, melhorando o atendimento à comunidade comprovado nos 19 Estados onde houver a desvinculação;
- construção de uma inteligência institucional, voltada às questões técnicas e profissionais, desenvolvendo uma cultura voltada ao socorro público;
- otimização de recursos, facilitando sua aplicação no campo tático e estratégico, e
- definição profissional do efetivo como bombeiros.

2. Objetivos da Desvinculação

No campo profissional, uma organização com objetivos específicos permitirá a seus profissionais uma melhor especialização.

No campo tecnológico, os benefícios serão gerados em função do acúmulo de experiência profissional em área específica, após anos de estudos. No caso, o desenvolvimento técnico do Corpo de Bombeiros estará vinculado ao grau de profissionalismo de seus integrantes.

No campo administrativo criar um organismo que se volte unicamente para os objetivos da sua missão, representará dar vida a uma estrutura enxuta e econômica, além de possibilitar:

- formação de pessoal específica, voltada para o cumprimento da missão constitucional, dispensando uma formação hídrica nos diversos níveis de adestramento policial;
- a estrutura de um corpo de Bombeiros Militar estadual, órgão prestador de serviços, não irá colidir com estruturas de bombeiros municipais ou voluntários, buscando, ao contrário, estimular e aperfeiçoar esses organismos, através de uma coordenação que possibilitará a implantação dos serviços na maioria dos municípios paranaenses. Sua estruturação como organização estadual se impõe pela necessidade de coordenação e apoio nas grandes emergências. Essa vocação estadual resultará, quando consolidada, em desejável redução de efetivos, com economia para o Estado e benefício para as populações municipais, que contarão com serviços de melhor qualidade, pois estarão voltados para uma realidade local, com apoio tecnológico do órgão estadual;
- a estruturação de um organismo menor, voltado às áreas operacionais de socorro social, não resultará em expansão da burocracia. A estrutura administrativa atual do Corpo de Bombeiros, embora não seja inteiramente adequada, é quase auto-suficiente, dependendo do organismo da Polícia Militar, unicamente, no que diz respeito a serviços de seleção e recrutamento e alguns serviços

administrativos complementares nas áreas de pessoal. E, mesmo esses serviços, poderiam ser implementados nas dimensões de uma corporação menor, com um número reduzido de pessoal.

3. Razões Históricas

Não se tem notícia de que em qualquer outro país do mundo, com exceção do Brasil, os Corpos de Bombeiros sejam subordinados a órgãos policiais.

No Paraná, o Corpo de Bombeiros surgiu da Sociedade Teuto-Brasileira de Bombeiros Voluntários e foi fundado em 08 de outubro de 1912. Sob a inspiração do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, nasceu autônomo.

Os períodos de instabilidade política vividos pela nação brasileira na década de 30, levaram o governo a transformar o Corpo de Bombeiros numa Companhia de Bombeiros Sapadores, subordinando-o à Força Pública Estadual. Até então, os serviços da pequena Corporação de Bombeiros restringiram-se à capital de um Estado, também pequeno, que a exemplo da União, sofria graves problemas de segurança interna.

Inserido no órgão policial, com características eminentemente repressivas, o Corpo de Bombeiros atuaria como órgão de apoio nos trabalhos de sapa.

O curso da história deu à Polícia Militar a sua identidade de órgão tipicamente policial, mantenedor da ordem pública, e possibilitou ao Corpo de Bombeiros mínimas condições técnicas no campo operacional, advindo do ato governamental em 1976, com a criação do quadro específico de Bombeiro Militar. Todavia, permaneceu a subordinação ao órgão policial, sendo questionada e discutida, sendo do ponto de vista profissional, as atividades de bombeiro totalmente distintas das de policial.

4. Aspectos Relacionados com a Missão

A Polícia Militar, por definição da Constituição Federal, é órgão incumbido da preservação da ordem pública. Como o próprio nome da Instituição sugere, a Polícia Militar deve fazer polícia ostensiva, seja de trânsito, florestal, rodoviária, de choque, de guarda, portuária, penitenciária e repressiva.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 144, reconheceu dignidade constitucional aos Corpos de Bombeiros Militares, prevendo-os como órgãos voltados à Segurança Pública, artigo 144, item V, e dispondo que a eles: “além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”, artigo 144, parágrafo 5º.

Devemos entender, porém, que com esse reconhecimento constitucional o Corpo de Bombeiros foi mal previsto como órgão de segurança pública, embora cuide das ações voltadas à salubridade e tranquilidade da comunidade. “Os Corpos de Bombeiros Militares, em princípio, não exercem atividades de segurança pública, por ser esta uma atividade que diz respeito às infrações

penais, com típicas ações policiais preventivas ou repressivas. A atividade fim dos Corpos de Bombeiros Militares é a de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento e, agora a defesa civil. Esta gama de atribuições dos Corpos de Bombeiros Militares diz respeito, isto sim, à “tranquilidade pública e, também, à salubridade pública, ambas integrantes do conceito de ordem pública”.

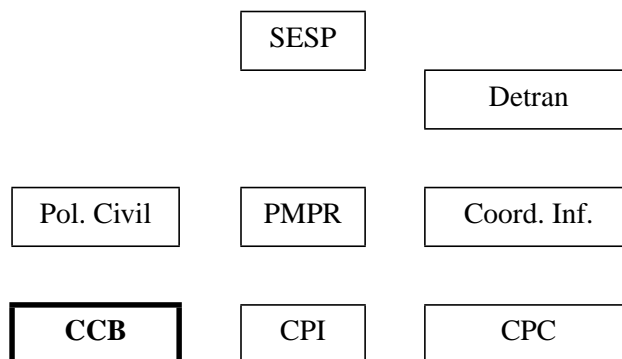
5. Estrutura Organizacional

5.1. A intermediação policial nos assuntos de segurança contra incêndios, salvamento e socorro público

Hoje, o Corpo de Bombeiros está inserido na Segurança Pública como apêndice de um órgão policial, a PMPR. Como órgão de terceiro escalão, não tem assento à mesa de decisões da SESP. Os assuntos relativos à segurança contra incêndios e calamidades são transmitidos à pasta através da interlocução policial, ajustados ao vocabulário, à ótica, às prioridades e aos interesses globais do órgão policial.

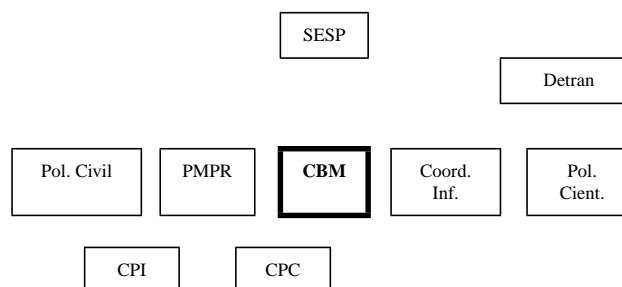
No momento em que o órgão público agiganta-se, abrindo frentes de trabalho e gerenciando outros campos de atividades não afins, desvia-se de sua missão precípua, perdendo na efetividade e na qualidade dos serviços prestados.

5.2. Estrutura Atual



Do ponto de vista essencialmente técnico, no que diz respeito à missão específica de cada entidade, o que existe em comum entre a PMPR e o Corpo de Bombeiros é que ambos são órgãos de segurança pública. É esta a razão pela qual devem subordinar-se à SESP.

5.3. Estrutura Pretendida



Este aperfeiçoamento estrutural permitirá maior fluidez nas decisões dos assuntos pertinentes ao Corpo de Bombeiros, eliminando entraves burocráticos nos assuntos eminentemente técnicos da Corporação, abrindo um canal de comunicação direta entre a coordenação geral e a execução das diversas atividades, inclusive de defesa civil, dando agilidade e facilitando a operacionalização dos mecanismos de defesa social.

6. Aspectos Relacionados com o Efetivo

6.1 Seleção, Recrutamento, Formação e Especialização

A ação policial se faz sentir sobre o indivíduo - o assaltante, o delinqüente, o criminoso - características de trabalho que requer do policial uma formação voltada para a área humanística.

O bombeiro intervém sobre o fato adverso - o incêndio, o acidente, catástrofe - fenômenos invariavelmente de natureza física, química ou biológica que impõe ao bombeiro uma formação nas áreas de exatas, tecnológica e biológica.

Na maioria das vezes, seja por vocação, traços de personalidade ou profissionais quem for indicado para ser bombeiro não é para ser policial, e vice-versa.

Presentemente, os bombeiros recebem durante sua formação, informações na área policial e também na área de bombeiro militar porque são, por força de subordinação do órgão, policiais militares também, embora jamais venham a desempenhar a função policial propriamente dita. Esta formação assim estruturada é um desperdício, onerando os cofres públicos.

Com a desvinculação, o tempo destinado à formação, aperfeiçoamento e especialização do bombeiro militar, em todos os níveis, oficiais, graduados e praças, poderá ser melhor aproveitado com as disciplinas fundamentais voltadas para a atividade bombeiro militar, permitindo melhor qualificação profissional de seu quadro de pessoal.

6.2 Quadro de Organização e Distribuição de Pessoal

O Corpo de Bombeiros possui um quadro próprio com terminologia e serviços diferenciados, estando sujeito às mesmas leis, estatuto, organização básica e outras, recebendo tratamento assemelhado ao do policial militar.

Exemplo:

Fração PM	Fração BM	Nível de Comando
Batalhão	Grupamento	Tenente Coronel
Companhia	Subgrupamento	Capitão
Pelotão	Seção de Bombeiros	1º ou 2º Tenente

Segundo um princípio ternário, três Seções de Bombeiros ensinam um subgrupamento, e três subgrupa-

mentos, um grupamento, com o respectivo "staff" de comando e serviços, assessoramento, planejamento, supervisão e controle.

Hoje a menor fração destacada, Seção de Bombeiros, possui um efetivo de aproximadamente 30 bombeiros e é comandada por um oficial, 1º ou 2º Tenente. Esta estrutura, se aberta à participação comunitária, reduzir-se-á e proporcionará o atendimento por bombeiros a maior número de municípios. Hoje o Corpo de Bombeiros se faz presente em apenas 46 municípios dos 399 existentes.

7. Avaliação do Custo para a Desvinculação do Corpo de Bombeiros

Diferentemente do que se possa em princípio imaginar, a desvinculação do Corpo de Bombeiros, num primeiro momento, não implicará em custos para o Estado do Paraná, e, num segundo momento, em função do aprimoramento e expansão dos serviços, implicará em custos que em função do benefício social, serão considerados irrelevantes, tanto para o Estado quanto para os municípios onde ele presta os seus serviços.

7.1 Economia na desburocratização

O Corpo de Bombeiros já possui uma estrutura montada de controle e administração de material e pessoal. Este serviço é duplamente efetuado pelo Corpo de Bombeiros e pela Polícia Militar.

São relatórios, fichários, arquivos, correspondência, despachos, funcionários com as mesmas funções, dificultando soluções e encarecendo o produto final.

7.2 Economia no Emprego do Efetivo

Dar-se-á a partir de uma reestruturação organizacional efetiva, racional e equilibrada, diferenciada do modelo atual, sendo aberta à participação da comunidade, ajustável às características e riscos das localidades a proteger, ampliando o número de municípios atendidos e conseqüentemente levando os serviços de bombeiros a uma parcela maior da sociedade paranaense.

7.3 Economia pela Geração de Recursos

Os serviços do Corpo de Bombeiros podem gerar recursos municipais, carregados para fundos especiais de reequipamento do Corpo de Bombeiros, administrados pelos municípios. Aliviando o Estado dos encargos de manutenção e reequipamento, na medida em que mais municípios serão atendidos, maiores recursos serão gerados e carregados para as atividades de combate a incêndios e calamidades no Estado do Paraná.

A existência de Corpos de Bombeiros nos municípios permite a reclassificação de classe daquele município, junto as companhias seguradoras, incentivando a implantação de novas indústrias e comércio em geral.

8. Alterações Constitucionais Necessárias

Capítulo III

Dos Militares Estaduais

Art. 45 -...

§ 4º - O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do tribunal competente, em tempo de paz, ou de tribunal especial em tempo de guerra.

§ 5º - O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.

Capítulo IV

Da Segurança Pública

Art. 46 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

- I - Polícia Civil;
- II - Polícia Militar;
- III - Polícia Científica;
- IV - Corpo de Bombeiros Militar

Art. 48 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar forças estaduais instituições permanentes e regulares organizadas com base na hierarquia e disciplina militares, possuem como missão:

§ 1º - A Polícia Militar cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ferroviário de florestas e de mananciais além de outras formas e funções definidas em lei.

§ 2º - Ao Corpo de Bombeiros Militar cabe a prevenção e combate a incêndios, perícia e pesquisa de sinistros, buscas, salvamentos, socorros públicos, administração e execução de atividades de defesa civil atendimento pré-hospitalar de emergência edição de normas relativa a segurança das pessoas e de seus bens contra incêndios e pânico além de outras formas e funções definidas em lei.

§ 3º - As patentes, com prerrogativas direitos e deveres e elas inerentes, são asseguradas em toda sua plenitude aos oficiais da ativa, reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar sendo-lhes privativos os títulos, uniformes militares e postos até o coronel.

Art. 49 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar comandados por oficial da ativa do último posto dos seus respectivos Quadros de Oficiais, forças auxiliares e reservas do Exército, e a Polícia Civil subordinam-

se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades.

Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração pública;

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de militares do Estado para reserva:

III - organização da Defensoria Pública do Estado, das Polícias Civil e Militar do Corpo de Bombeiros Militar;

Art. 108 -...

§ 2º - Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os Policiais Militares e Bombeiros Militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação dos praças.

ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Inclua-se nas Disposições Constitucionais Transitórias, os seguintes artigos:

“Art....- Ficam assegurados, até a aprovação e regulamentação das leis que disporão sobre a organização do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, estatuto, vencimentos, vantagens, promoções, regulamento disciplinar e demais normas afins, aos integrantes da Corporação, inclusive todos os deveres, direitos e prerrogativas previstos na legislação vigente para os integrantes da Polícia Militar do Paraná.

Art....- O Poder Executivo, através de decreto, disponibilizará o quadro de bombeiros, inserido na estrutura da Polícia Militar do Paraná, a prestar serviço na estrutura do Corpo de Bombeiros Militar até sua estruturação.

Art....- Fica garantida a assistência médica, hospitalar, psicológica e odontológica prestada pelos serviços de saúde da Polícia Militar do Paraná, ao efetivo do

Corpo de Bombeiros, até que se organize a estrutura do novo órgão para atendimento próprio.

Art....- O efetivo fixado para ativação do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, ora criado por força de Emenda Constitucional, é o previsto na Lei nº 7.047 de 21 de novembro de 1978, alterada pela Lei nº 10.956 de 15 de dezembro de 1.994, do quadro de organização da Polícia Militar do Paraná.

Art....- O direito a opção e a movimentação dos Oficiais e praças será regulamentado por decreto do Chefe do Poder Executivo, ouvidos os Comandantes Gerais da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Art....- Fica assegurado ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná a posse de todos os bens e imóveis de seu uso.

9. Conclusão

Hoje, reflexo da discussão nacional de mudanças no Sistema de Segurança Pública, o Corpo de Bombeiros é motivado, inclusive com apoio de várias autoridades ligadas à área de segurança, a se preparar para aquilo que será inevitável: a desvinculação do Corpo de Bombeiros do Paraná.

Refletindo acerca desses fatos relatados, indaga-se se seria viável ou não, esta desvinculação tanto à Polícia Militar, quanto para o Corpo de Bombeiros?

A criação do Corpo de Bombeiros não traria qualquer instabilidade ao Estado, pelo contrário, passaria a contar com mais uma força voltada às suas atividades, atuando com maior profissionalismo.

O Corpo de Bombeiros Militar se posicionaria como instituição co-irmã da Polícia Militar, já evidenciado na constituição estadual em seu artigo 45. "São militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar". E, ainda, passaria a desenvolver planejamentos estratégicos que venham permitir investimento na profissionalização do bombeiro, com a finalidade de formar, especializar e aperfeiçoar o profissional num universo próprio de suas atividades.

Com este propósito espera-se:

1. isentar o órgão policial - PMPR - das atribuições não policiais, a fim de permitir dedicação exclusiva ao que deve fazer - Segurança Pública;

2. estender às principais cidades paranaenses os serviços do Corpo de Bombeiros através da racionalização dos seus efetivos já existentes, em parceria com as comunidades;

3. facilitar a comunicação junto a administração central, de competência do Corpo de Bombeiros, principalmente referente à sua missão fim;

4. possibilitar ao Governo do Estado usufruir do prestígio e credibilidade que a instituição Corpo de Bombeiros desfruta perante a opinião pública brasileira;

5. proporcionar ao público interno do Corpo de Bombeiros, a conquista de uma identidade própria;

6. promover as mudanças à desvinculação com o aumento mínimo de despesa para a administração pública; e,

7. aprimorar a qualificação técnica do pessoal, com a formação aperfeiçoamento e especialização na área específica de bombeiros a fim de proporcionar melhoria no desenvolvimento dos serviços públicos.

Temos convicção que a Organização, tomada pelo seu espírito de inovação e mudanças, já atingiu o grau de maturidade e o nível técnico profissional necessários e suficientes para trilhar seus próprios caminhos, sendo a desvinculação um procedimento que irá lapidar a qualidade dos serviços de socorro prestado à comunidade paranaense.

Na busca da melhor solução, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, lado a lado, cada um realizando a sua missão, sem superposições, certamente, fortalecerão os laços de bom relacionamento já existente, atingindo seus objetivos maiores - A Prestação de Serviços com Qualidade.

A desvinculação é, enfim, o voto de confiança que o Corpo de Bombeiros espera receber de toda sociedade paranaense, a quem tem servido sem mensurar esforços, na sublime tarefa de salvar vidas e bens, desde 08 de outubro de 1912.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2198

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 381/2002, que institui Programa Meu Primeiro Emprego (PMPE) e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2199

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 326/2002, que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder auxílio transporte a todos os Oficiais de Justiça.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2213

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em

2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2220

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 503/2002 constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2182

Senhor Presidente:

O deputado Carlos Simões, líder da Bancada do PTB, comunica a Mesa Executiva desta Casa de Leis, que estará ausente nas Sessões Plenárias nos dias 09, 10 e 11/09/2002, para tratamento médico devido a problemas de saúde, conforme atestado médico em anexo.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 2178

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário deste Poder Legislativo, Sr. Antônio de Souza Diniz - Toninho Barbeiro, ocorrido dia 25 de agosto de 2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 25 de agosto de 2002, faleceu, nesta Capital, o funcionário da Assembléia Legislativa, Sr. Antônio de Souza Diniz, que era conhecido como Toninho Barbeiro.

Deixou viúva a Sra. Maria de Lourdes Diniz.

Antonio de Souza Diniz, que exercia a profissão de Barbeiro era estimado por todos. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Descanse, pois, dileto amigo Antonio de Souza Diniz, na certeza de que deixou em cada habitante desta terra um admirador e um amigo.

Rogamos a Deus que os familiares do Toninho Barbeiro encontrem na fé e na esperança o conforto tão necessário nesta hora de tristeza e dor.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Souza Diniz endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos console.

REQUERIMENTO Nº 2179

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Peça, ocorrido dia 25 de agosto de 2002, nesta Capital.

Requer, outrossim que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 71 anos de idade faleceu o Sr. Pedro Peça, que deixou viúva a Sra. Terezinha Quirino Peça. Deixou ainda, 04 filhos e 08 netos.

O Sr. Pedro era pessoa muito estimada por todos aqueles que o conheceram e que desfrutavam de sua amizade sincera.

O passamento do Sr. Pedro Peça veio abrir enorme lacuna no seio de sua família, bem como de seu vasto círculo de amizades dentre elas este deputado.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e a nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas, tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

Fique certo, amigo dileto, de que sua memória ficará viva em nosso coração e seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua família, a família que o adorava despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar com tranquilidade, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Peça, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2180

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão

de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Aldo Correia da Silva, ocorrido dia 25.08.2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 25/08, faleceu, aos 79 anos de idade, o Sr. Aldo Correia da Silva que deixou viúva a Sra. Laudemira Batista dos Santos. Deixou ainda, 9 filhos, 25 netos e 7 bisnetos.

O passamento do Sr. Aldo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este deputado.

O Sr. Aldo Correia da Silva, que era progenitor do vereador Wilmo Rodrigues Correia da Silva, da Câmara Municipal de Palmas, era agricultor e sempre desfrutou de grandes amizades.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Aldo.

O passamento de Aldo Correia da Silva abriu enorme lacuna no seio de família, bem como de seu vasto círculo de amizades, dentre os quais este parlamentar.

Um amigo é o bem mais precioso que Deus nos possa presentear. E agora mais do que nunca o sentimos. Aceite, pois, caro amigo nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois, valente lutador.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Correia da Silva, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2196

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada da senhora Lucy Fumagalli Werneck (sogra do jornalista Luiz Geraldo Mazza), falecida em data de 28 de agosto, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu aos 91 anos, em data de 28 de agosto nesta Capital, a senhora Suely Fumagalli Werneck.

Dona Santa, como era chamada, era viúva do senhor Alvir Munhoz Werneck e era matriarca de uma grande família com laços em diversas outras tradicionais

do nosso Estado. Deixa os filhos: Lucy (casada com o jornalista Luiz Geraldo Mazza), Alcy (casado com Maria da Luz Portugal Werneck), Glacy (casada com Fernando Abott Coelho), Delecy (viúva de Pedro Bacellar), Dalcy (casado com Mércia Werneck), Clecy, Nancy (casada com Dario Toledo Piza), Alvir Werneck Filho, Elpídio Fumagalli Werneck, Cleirecy (casada com Renan Maciel Brasil), além de netos e bisnetos.

À sua família enlutada, votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2188

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao município de Lidianópolis, alusivo aos seus 12 anos de fundação, comemorados no dia 03 de setembro do corrente.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito senhor João Batista da Silva e ao presidente da Câmara Municipal vereador José do Carmo Neto, através de correspondência a ser encaminhada a rua Juscelino Kubitschek, 327 - Lidianópolis / PR, CEP 86862-000.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2189

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao Conselho de Medicina Veterinária do Paraná-CRMV-3, pela passagem da data comemorativa ao dia do Médico Veterinário, comemorado nesta data.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu presidente doutor Massaru Sugai, através de correspondência a ser encaminhada à rua Brasília Itiberê, nº 356 - CEP 80210-060, Curitiba / PR; à Academia Paranaense de Medicina Veterinária, presidente doutor Braz de Freitas Fernandes, no mesmo endereço do Conselho de Medicina Veterinária; ao Sindicato de Médicos Veterinários do Paraná, através de seu presidente doutor Onívio Rudolfo Mahlke, Av. Paraná, 1670 - sala 6 - Cabral; à Cooperativa dos Médicos Veterinários, através de seu presidente doutor Wollaston Ney Graça Vianna, Rua Augusto Stresser, 1597, loja 13 - sala 2, Juvevê; à Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, através de seu presidente doutor Paulo Alfredo Miranda, BR-116, nº 6761, Tarumã - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2190

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao Conselho de Medicina Veterinária do Paraná - CRMV-3, pela passagem da data comemorativa aos 25 anos de fundação, comemorados no dia 06 de setembro de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu presidente doutor Massaru Sugai, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brasília Itiberê, nº 356 - CEP 80210-060 - Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2200

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações ao senhor Amauri Ghellere Garcia Miranda, pela conquista da medalha de ouro nos XVI Jogos da Juventude, modalidade Judô, realizado no dia 31 de agosto no município de Cascavel.

Depois de muito treino e dedicação, demonstrando muita disciplina e força de vontade, Amauri foi campeão de Judô nos XVI Jogos da Juventude. Sua atuação revelou que ele realmente era merecedor da vitória, por ser um excelente competidor, oferecendo sempre o melhor de si para alcançar bons resultados. Certamente esta é uma das inúmeras vitórias que ainda virão pela frente.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2202

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Paulo César Borges e Maria Aparecida de Andrade Borges, que completa 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2206

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Adolph David e Esmeralda Schott David, que completará 50 anos de união conjugal em 13 de setembro do corrente, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2208

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Biologia do Paraná pela passagem do dia do Biólogo comemorado no dia 03 de setembro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu delegado regional biólogo Rogério Genari, através de correspondência a ser encaminhada à Luiz Xavier, nº 68, CJ 911 - Galeria Tijuca - CEP.: 80020-020 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2209

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao Conselho Regional de Administração do Paraná pela passagem do dia do Administrador comemorado no dia 09 de setembro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu presidente Dr. Gilberto Serpa Griebler, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Cel. Dulcídio, nº 1565, - CEP.: 80250-100 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2201

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Sra. Dalvina Borges, que em 25 de agosto do corrente, completou um século de existência. Nasceu na cidade da Lapa-PR. em 25/08/1.902 e reside na cidade de Castro-PR. Viúva mãe exemplar de três filhos, os quais sempre puderam contar com seu apoio e dedicação. A Sra. Dalvina sempre foi e continua sendo uma pessoa muito batalhadora, otimista, dinâmica, que gosta de música, de dançar e ainda hoje se dedica a agricultura domiciliar. Pelo seu modo alegre de viver, cativou muitas pessoas da cidade em que mora e isto a tornou muito conhecida em Castro.

Muitas experiências foram vivenciadas pela Sra. Dalvina, que sempre soube enfrentá-las com muita sabedoria e paciência, que contribuíram, com certeza, para sua longevidade. Ainda gosta de sair, passear e conversar com todos que convivem ao seu lado, transmitindo a todos carinho e amor, motivo de orgulho para toda sua família. Sua sobrinha, a Sra. Maria Aparecida de Andrade Borges, nos procurou a fim de homenagear sua tia, agradecendo pela sua vida e demonstrando todo o respeito e amor que ela e todos seus familiares sentem pela Sra. Dalvina. Pessoas como ela servem de exemplo para todos nós e merecem todo o nosso respeito e consideração. Entendemos ser meritória essa homenagem por meio deste louvor, extensivos aos demais pares desta colenda Casa de Leis.

Consignando-se o reconhecimento de todos nós, cumprimos a Sra. Dalvina Borges pelos 100 anos de vida, desejando-lhe muitos anos de vida com a proteção de Deus.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2204

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sr. James Antonio Camacho Stimamilho Júnior, nascido em 15 de julho de 1975, nesta Capital.

Funcionário da Empresa Brasileira de Telégrafos, em Curitiba, na função de carteiro desde 1997, vem desenvolvendo suas atividades com muita responsabilidade e criatividade. No decorrer destes cinco anos, além de distribuir as correspondências domiciliares, de certa forma, revolucionou esse serviço, tornando-o mais respeitado pela população. Dinâmico e procurando tornar mais ágil e eficiente a entrega das correspondências, iniciou um trabalho de pesquisa no Bairro CIC, seu campo de trabalho. O resultado foi a criação de um Código de

Endereçamento Postal - CEP, para essa região, o que facilitou consideravelmente seu trabalho, o que, depois de algum tempo, foi desenvolvido à nível do Brasil. O Correio existe há 33 anos e somente por iniciativa do “Carteiro Ligeirinho”, como é conhecido, pela sua rapidez na entrega de correspondência, tal revolução foi realizada nesse serviço.

Realizou também a “Campanha de Prevenção Canina” junto a população, a fim de evitar tantos acidentes com o carteiro. Como consequência, a população tornou-se mais receptiva e amiga dos carteiros, respeitando-os mais e valorizando o serviço de utilidade pública por eles desempenhado. É importante salientar que todo o trabalho de pesquisa e custos financeiros foram única e exclusivamente de responsabilidade desse funcionário esforçado e com vontade de facilitar o serviço de todos os seus colegas carteiros. No início, enfrentou resistência e até o risco de perder seu emprego, pois não recebeu apoio e atenção na execução do projeto que tinha em mente. Foi persistente ao objetivo proposto e somente algum tempo após, seu trabalho começou a ser reconhecido pela empresa, colegas de trabalho, população e mídia.

Começaram então as entrevistas na televisão, rádios, jornais e outros meios de comunicação estadual e nacional, inclusive sendo entrevistado no “Programa do Jô Soares”, com excelente repercussão em nosso País. Recebeu o “Prêmio Revelação 2.001 - Talentos do Paraná”, promovido pela TV Record e “A Segmentos”. Trata-se de uma premiação às personalidades símbolos que mais se destacaram em várias áreas de atuação em nosso Estado. A indicação ocorreu em votação pela Internet, pelos nomes mais lembrados, sendo a primeira vez que um carteiro do Brasil foi lembrado. Por dois mandatos foi eleito para presidir a Comissão Internacional de Prevenção de Acidentes - CIPA do Paraná. No ano de 2002, foi promovido na função de Carteiro Telégrafo e vem desempenhando-a com muito esmero e dedicação.

Trabalhador como o “Carteiro Ligeirinho”, esforçado, dedicado, competente e principalmente pela sua luta em desenvolver um trabalho inédito no Brasil para facilitar e tornar mais eficiente o sistema de entrega de correspondências à população, merece todo o nosso orgulho, respeito e consideração. Entendemos ser meritória essa homenagem por meio deste voto de louvor, extensivo aos demais pares desta colenda Casa de Leis e comunidade paranaense. Consignando-se o reconhecimento de todos nós, cumprimos a Sra. Dalvina Borges pelos 100 anos de vida, desejando-lhe muitos anos de vida com a proteção de Deus.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2205

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito

aplausos ao professor Antonio Carlos da Costa Coelho, por ter sido objeto de homenagem solene, em 31 de julho do corrente, em solenidade realizada no Palácio Iguaçu, pela Organização Pioneiras. Entidade, de cunho nacional, reunia-se na ocasião em Curitiba, presentes representantes de todo o Brasil, oportunidade em que durante jantar oferecido pelo Governo do Estado, as representantes desse movimento voluntário feminino da comunidade judaica manifestaram publicamente seus agradecimentos ao professor Coelho, cuja ação, como professor do Studium Theologicum de Curitiba, e atuando numa das diretorias do Instituto Ciência e Fé, tem se notabilizado.

Foi ressaltado particularmente o papel de divulgação da cultura judaica desenvolvido pelo homenageado, por meio de publicação de livros, conferências, palestras, artigos, entrevistas, Fazendo eco com a Organização Pioneiras, de âmbito nacional, este deputado associa-se às manifestações de júbilo pela ação cultural e de conagração de povos e religiões exercido por Antônio Carlos da Costa Coelho. Entendemos ser meritória essa homenagem por meio deste voto de louvor, extensivo aos demais pares desta colenda Casa de Leis.

Consignando-se o reconhecimento de todos nós, cumprimos o professor Antonio Carlos da Costa Coelho e desejamos-lhe muito sucesso.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2192

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente, à Copel, solicitando as seguintes informações:

a) no período entre 01 de janeiro de 1991 a 31 de dezembro de 1994, quantos desligamentos foram procedidos pela empresa, por falta de pagamento da fatura de energia elétrica?

b) no mesmo período, havia algum programa social de redução ou isenção de tarifa para a população de baixa renda?

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2193

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando que seja informado se foi procedida prestação de contas relativas a programa Social do Governo do Estado para distribuição gratuita de leite a população de baixa renda, no período compreendido entre 01 de janeiro de 1991 e 31 de dezembro de 1994.

Sala das Sessões, 09.09.2002.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2194

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente, à Sanepar, solicitando as seguintes informações:

a) no período entre 01 de janeiro de 1991 a 31 de dezembro de 1994, quantos desligamentos foram procedidos pela empresa, por falta de pagamento da fatura de água e esgoto?

b) no mesmo período, havia algum programa social de redução ou isenção de tarifa para a população de baixa renda?

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2195

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem após ouvir o douto Plenário, solicitar Pedido de Informação à Secretaria Estadual de Segurança Pública e ao Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, pelos fatos que se seguem:

1 - O que faziam estacionados 3 (três) viaturas (tipo camburão) durante boa parte do dia 05 de setembro de 2002, pela parte da manhã, em frente ao número 4905 da avenida Visconde de Guarapuava, em Curitiba, capital do Estado?

2 - Quem foi o responsável pela solicitação?

3 - Quem comandou a operação e quantos policiais foram deslocados para atender a ocorrência?

4 - Qual foi o resultado concreto de tamanha mobilização?

5 - É de praxe na corporação a mobilização de grandes aparatos, como este citado, para atender ocorrências corriqueiras no dia a dia da cidade?

6 - Qual o teor e o fundamento registrado no boletim de ocorrência na referida operação, remetendo-se a este Poder Legislativo cópia do citado documento policial?

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2211

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente, à Secretaria de Estado da Fazenda, solicitando as seguintes informações relativas ao programa Painel Cheia:

a) Existem contratos pendentes decorrentes do Painel Cheia?

b) Em caso positivo, quantos? Qual o saldo devedor total do Programa? E o individual (por agricultor)?

c) Houve renegociação de contratos do Painel Cheia originalmente firmados?

d) Em caso positivo, porquê? E qual o prazo máximo para pagamento das dívidas renegociadas?

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2203

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente, a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Lukasik Krovinski, residente à Rua Minas Gerais nº 487 - Vila Guaíra, que pede fiscalização na rede de esgoto que passa na rua em frente a sua residência. Ocorre que sua residência ainda não dispõe dessa rede por alguma irregularidade, causando-lhe muitos transtornos. Segundo informações dessa Sanepar, a rede de esgoto teria que cruzar a rua e tal fiscalização está sendo solicitada a fim de sanar e regularizar a situação. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 333-3214.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 609/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos professores das APAE's - Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, contratados através de convênios realizados entre o Estado e estas entidades, quando contarem com no mínimo 05 anos ininterruptos de contrato, o direito de pontuação extra, no valor de 01 (um) ponto por ano trabalhado junto às APAE's, quando da prestação de concurso público do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em epígrafe vem contemplar a um grupo de pessoas, que apesar de receberem pela prestação de serviços, não são remuneradas por suas profissões, e sim pela dedicação aos queridos excepcionais, dedicando-se diuturnamente ao desenvolvimento e a felicidade desses nossos irmãozinhos que tanto precisam de apoio.

Todos os anos de trabalho a estas entidades (APAE's) são como se estivessem sendo prestados ao Estado do Paraná, pois cumprem uma função intrínseca ao Estado, sendo mister a valoração deste labor no

momento da realização de um concurso público, pois os anos trabalhados junto às APAE's, não poderão ser jogados fora e não serem reconhecidos pelo Estado.

Em sendo assim, conclamo a todos os nobres Pares desta Casa de Leis a procederem ao apoio ao presente projeto de lei, por se tratar de matéria de elevadíssimo mérito e reconhecimento do trabalho dos professores de ensino especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE's.

PROJETO DE LEI Nº 610/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Comunitário Metodista de Maringá, com sede e foro em Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

O Centro Comunitário Metodista de Maringá, é uma entidade de caráter beneficente, filantrópico, sem fins lucrativos, tendo como principais objetivos: criar e administrar obras e serviços comunitários de acordo com a necessidade local, promover a educação de base, orientação vocacional e profissional, orientar na formação dos futuros lares, na criação e educação dos filhos, acolhendo crianças e carentes.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos. Diante do exposto contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 611/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Santa Mônica, com sede e foro em Colorado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Santa Mônica, é uma entidade jurídica de direito privado, de caráter educativo, filantrópico, cultural, sem fins lucrativos, tendo como principais objetivos: unir os moradores na luta e defesa de seus interesses comuns, defender e amparar os mora-

dores dos bairros de sua base territorial, prestar assistência social, promover campanhas cívicas e desenvolver práticas de desporto, intercâmbios esportivos e confraternização entre os moradores.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, diante do exposto contamos com o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 612/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Distrital de Alto Alegre - ADALL, com sede e foro em Colorado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Distrital de Alto Alegre - ADAAL, e uma entidade jurídica de direito privado, de caráter educativo, filantrópico, cultural, sem fins lucrativos, tendo como principais objetivos: estimular e desenvolver atividades de promoção humana e social, cultural e educacional à população marginalizada, dando assistência para menores carentes, objetivando desenvolver suas potencialidades humanas, e atuando com a terceira idade.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva auxiliar esta instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos. Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 613/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os professores integrantes do quadro de funcionários da Escola de Música e Belas Artes do Paraná - Embap e da Faculdade de Artes do Paraná, serão reenquadrados como Professor Titular IV, desde que comprovem, perante a direção da referida escola, no prazo de 90 (noventa) dias, que: ...

- a) ...
- b) ...
- c) ...

Parágrafo Único - ...

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando da elaboração do projeto de lei de autoria do saudoso deputado Anibal Khury, transformado em Lei nº 11.718, de 07 de maio de 1997, foram reenquadrados somente os professores da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, que são em número reduzidíssimo.

Posteriormente, em 18 de agosto de 1997, pelo Projeto de Lei nº 386/97, o mesmo saudoso deputado Anibal Khury tentou ampliar o benefício para todos os professores integrantes do quadro de funcionários das demais instituições de ensino superior do Estado do Paraná.

O referido Projeto nº 386/97, chegou a receber parecer favorável de duas Comissões (CCJ e Educação, Cultura e Esportes).

Posteriormente os professores do ensino superior foram beneficiados com outras medidas, ficando de fora os professores da Faculdade de Artes do Paraná.

A aprovação deste projeto de lei, beneficiará uma quantidade mínima de professores que serão reenquadrados dentro dos limites da Lei nº 11.718, de 07 de maio de 1997.

PROJETO DE LEI Nº 614/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores da Serraria do Rocha" com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Serraria do Rocha é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para congregar os moradores do núcleo residencial da Serraria do Rocha, buscando solução de problemas, promovendo o desenvolvimento comunitário, dando condições adequadas para a realização das funções de habitar, trabalhar, recrear e se desenvolver.

Da documentação que anexamos ao presente Plano de Lei, constatamos o preenchimento dos requisitos exigidos pela lei que regulamenta a matéria, razão pela qual solicitamos o seu apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 615/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública ao Programa do Voluntariado Paranaense de Jaboti, situado na Rua Manoel Ribas s/nº, município de Jaboti-PR, CNPJ 02.436.552/0001-72.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos e que tem realizado maravilhoso trabalho no município de Jaboti e região.

Esse programa, surgiu inspirado na necessidade de promover a valorização e o progresso da pessoa humana, tendo por finalidade o desenvolvimento de atividades filantrópicas, atendendo a família, a criança, o idoso, os deficientes e a gestante, indo assim de encontro com as necessidades da população local e contribuindo para a melhoria da condição de vida dessas pessoas, que normalmente tem carência de tudo.

Essa proposta visa, reconhecer publicamente o esforço e trabalho do referido Programa em favor da comunidade carente da região.

Dessa forma, espero o devido apoio dos nobres parlamentares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 616/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Estadual Cecília Meireles Ensino Fundamental, situado na Rua Belo Horizonte s/nº - Jardim Josefina "A", município de Ubatã - PR. - Res. 03069/1 DOE 31/01/2002.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Cecília Meireles Ensino Fundamental, vem desempenhando importante papel junto à comunidade do município de Ubatã, promovendo o desenvolvimento integral da criança, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, garantindo o bem estar do menor, provindo normalmente de famílias carentes.

Essa proposta visa, reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa escola em favor da comunidade carente da região.

Dessa forma, espero o devido apoio dos nobres parlamentares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 617/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Associação dos Representantes dos Produtores e Colhedores de Laranja do Noroeste do Paraná - Projeto Suco Justo - Arproclan, situado na Avenida Heitor de Alencar Furtado, 2º piso do Terminal Rodoviário Aguiar Selhorst, em Paranavaí - PR, CNPJ 04.060.974/0001-11.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Representantes dos Produtores e Colhedores de Laranja do Noroeste do Paraná - Projeto Suco Justo - Arproclan, vem desempenhando importante papel, incentivando ações que beneficiam os produtores e colhedores a obterem melhores condições de negociação de seu produto.

A referida Associação criada em 26 de abril de 1999, funciona em Paranavaí, levando grandes benefícios aos produtores e colhedores de toda a região Noroeste, realizando um excelente trabalho ao longo deste período.

Dessa forma, espero o devido apoio dos nobres parlamentares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 618/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a compensar os débitos decorrentes de ativos adquiridos pelo Estado do Paraná, do Banco do Estado do Paraná S/A, por força do Contrato e Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob condições, celebrado em 30 de junho de 1.998, entre a União e o Estado do Paraná, com a interveniência do Banco do Estado do Paraná S/A e do Banco Central do Brasil, com precatórios, contra a Fazenda Pública Estadual e suas autarquias, pendentes de pagamento.

§ 1º - O precatório, para fins de compensação, deverá ser expedido, processado e registrado pelo Tribunal Competente, não podendo sobre o mesmo haver pendência de recurso judicial.

§ 2º - O valor do precatório será atualizado monetariamente e haverá a incidência de juros até a compensação, respeitando-se os critérios da sentença judicial.

§ 3º - Para efeitos desta Lei, o precatório, a critério de seu titular ou sucessor nos termos da lei civil, poderá ser cedido, por instrumento público, integral ou parcialmente, a terceiros detentores de débitos para com o Estado do Paraná, advindos do Contrato referido no *caput* deste artigo.

§ 4º - Não se exigirá caução ou garantia do cessionário, ou do cedente, como condição para o deferimento do pedido de compensação.

§ 5º - Deferido o pedido de compensação, será exigido do cessionário, certidão contendo a homologação judicial da cessão de crédito.

Art. 2º - O requerimento para compensação será protocolado na Agência de Fomento do Paraná S/A, gestora dos ativos do Estado do Paraná descritos no artigo anterior e sujeitar-se-á a exame de admissibilidade pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá, em até 5 (cinco) dias contados desse protocolo, indeferir-lo fundamentalmente.

Art. 3º - O pedido de compensação, será posteriormente analisado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, com posterior encaminhamento ao Comitê de Gestão e Controle, criado pelo Decreto nº 3.764, de 23 de março de 2001, para apreciação e aprovação e posterior encaminhamento para homologação da decisão aos órgãos competentes.

Parágrafo Único - Para efeito de atualização dos valores das dívidas, serão usados os parâmetros estabelecidos pelos Decretos nºs 3.764/2001 e 5.100 de 05 de dezembro de 2001.

Art. 4º - A extinção dos débitos pela compensação, realizada na forma desta lei, não dispensará o executado do pagamento das despesas processuais e tampouco dos honorários advocatícios devidos, se for o caso, devendo a análise e decisão serem definidas pelo Comitê de Gestão e Controle.

Art. 5º - A compensação, nos termos desta lei, não será considerada para efeitos de repasse de valores para a União, uma forma de arrecadação de valores.

Art. 6º - A Secretaria da Fazenda do Paraná observará, para fins de compensação, a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, bem como as eventuais reduções de valores compensados na forma desta lei.

Art. 7º - O direito de compensação restringir-se-á aos requerimentos protocolados junto à Agência de Fomento do Paraná S/A, até 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 8º - Para fins desta lei, fica autorizada a assunção, pela Fazenda do Estado, de créditos contra suas autarquias.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O refinanciamento da dívida de responsabilidade do Estado, a contratação de financiamento e aquisição de ativos dos passivos do antigo Banestado foi autorizado pela Lei nº 11.961 de 19 de dezembro de 1997.

Pela Lei nº 11.741 de 19 de junho de 1997, a Agência de Fomento do Paraná S/A foi autorizada a assumir os ativos, passivos e outros direitos e obrigações originados de Carteira de Desenvolvimento do antigo Banestado. Esta Agência ficou encarregada pelo Decreto nº 3764/2001, da gestão da Carteira de Créditos e da cobrança de contratos inadimplentes destes ao Tesouro do Estado.

Assim, pela presente medida visa-se autorizar os pagamentos dos valores devidos ao Estado do Paraná, através de precatórios existentes devidos pela Fazenda Pública Estadual. Permitindo uma possibilidade real do Estado do Paraná reaver seus créditos advindos da privatização do Banestado, oportunizando a Secretaria da Fazenda a quitação de precatórios pendentes de pagamento.

PROJETO DE LEI Nº 619/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Para Desenvolvimento da Terceira Idade "Clube da Melhor Idade", com sede e foro no município de Santa Mariana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Para Desenvolvimento da Terceira Idade "Clube da Melhor Idade", criada em 1998, com o objetivo de proteger a assistência aos idosos em geral do município de Santa Mariana. e da região.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 620/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o governo do Estado autorizado a permitir que os Despachantes de Trânsito realizem todos

os serviços passíveis de terceirização, prestados atualmente pelo Detran do Paraná.

Art. 2º - Somente poderão assumir as atribuições do Detran, os despachantes que estiverem com sua situação regular junto aos órgãos do Governo do Estado.

Art. 3º - A prestação de serviços autorizada pelo governo será fiscalizada pela Agência Reguladora de Serviços de Infra-Estrutura do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos a administração pública vem buscando minimizar sua interferência na vida diária dos cidadãos, em áreas que podem ser desenvolvidas pela iniciativa privada, sem prejuízo aos direitos fundamentais das pessoas. Essa mudança verifica-se não apenas no Paraná, mas é uma tendência da administração moderna, que preconiza a presença mínima do Estado, que deve concentrar esforços na melhoria dos serviços essenciais como saúde, educação e segurança pública.

Dentro desta nova filosofia, vários serviços públicos vêm sendo repassados à iniciativa privada, que consegue desenvolvê-lo de forma mais ágil, racional e sem a burocracia que emperra a atividade em órgãos públicos, principalmente após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atividades como as desenvolvidas pelo Departamento de Trânsito, por exemplo, que cuida da documentação e legislação da frota de veículos do Estado, é uma das que não apresentam grau de essencialidade que justifique a mobilização de setores do Estado para desenvolvê-la.

Esses serviços, a bem da verdade, já vêm sendo previamente solucionados pelos Despachantes de Trânsito, que fazem uma ponte entre proprietários de veículos e o Detran. A necessidade destes profissionais nasceu justamente da precariedade do Departamento, que não consegue atender a demanda de serviços burocráticos, como vistorias, emissão de documentos, etc.

Tendo em vista as dificuldades pelas quais passa o Detran - reflexo de uma conjuntura econômico-social em constante mutação - nossa proposta é de que se oficializem os serviços já realizados pelos despachantes, repassando à categoria as responsabilidades legais do Detran.

Como é do conhecimento de todos, a profissão de despachante é regulamentada por lei de minha autoria, que determina a aprovação em concurso público para o exercício da atividade. Desta forma, temos a certeza de que os profissionais da área são pessoas habilitadas, idôneas e com capacidade para desenvolver as atividades hoje pertinentes ao Detran. Além disso, a categoria é a única que possui *know how* nos serviços em questão,

estrutura organizada para tal finalidade e emprega no Estado do Paraná mais de dez mil pessoas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para que o projeto em tela seja aprovado em plenário e colocado em prática o mais breve possível.

PROJETO DE LEI Nº 621/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido instalações de qualquer tipo de pára-raio radioativo, que não protegem tecnicamente o imóvel e suas imediações, provocando a dispersão de radioatividade.

Art. 2º - Todo o edifício que possua esse tipo de pára-raio - constatado pelo corpo de bombeiros - será notificado e terá 30 dias para substituí-lo.

Art. 3 - O pára-raio retirado deverá ser transportado e destinado de acordo com as normas e legislações pertinentes aos procedimentos da comissão nacional de energia nuclear, objetivando evitar a dispersão dos radioisótopos no meio ambiente.

Art. 4º - Caberá ao corpo de bombeiros fiscalizar e apurar, segundo as normas complementares, as necessidades de adequação legal de edificação, notificando e fazendo cumprir as exigências estabelecidas em lei, protegendo o meio ambiente.

Art. 5º - A regulamentação normativa complementar desta lei adotará a NBR 5419 fev 2001 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - Comissão de Estudo de Proteção contra Descargas Atmosféricas, e será efetuada por meio do setor de engenharia do Corpo de Bombeiros, responsável pelos alvarás de aplicação dos pára-raios normativos.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Esta lei vem atender à segurança e qualidade de vida de nossa comunidade. É do conhecimento que a região sul está entre os locais mais atingidos pelas descargas atmosféricas, decorrendo daí a necessidade de proteção contra tais fenômenos naturais.

O objetivo deste projeto é evitar a radiação e dispersão de radioatividade pelo uso dos pára-raios utilizados atualmente em nosso Estado, que estão fora das normas técnicas, provocando riscos constantes a nossa população.

Acompanha esta justificativa, em anexo, a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas),

junto a NBR 5419/2001. Esta norma fixa as condições exigidas ao projeto, instalação e manutenção do sistema de proteção contra descargas atmosféricas dentro de uma área determinada e instalações de qualquer espécie.

PROJETO DE LEI Nº 622/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao professor doutor Metry Bacila.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(aa) ORLANDO PESSUTI

JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O professor doutor Metry Bacila, vem de longa data representando de forma ímpar, o Estado do Paraná e o Brasil, no campo científico internacional.

Nascido na cidade de Palmeira no dia 22 de junho de 1922, foi aluno do Liceu Rio Branco de Curitiba, em 1946 colou grau em Medicina pela Universidade Federal do Paraná, tendo defendido a sua tese de doutoramento com o tema "Contribuição ao Estudo do Fator RH em Curitiba", tendo sido classificado em primeiro lugar, o que lhe valeu a outorga do prêmio "Raul Leite" (diploma e medalha de ouro). Estes fatos foram apenas o início da ampla e conceituada trajetória profissional do professor doutor Metry Bacila.

Autor de vários livros, artigos e trabalhos científicos, orientou dezenas de dissertações de mestrado e teses de doutorado, coordenou inúmeros projetos de pesquisa, sendo a maioria deles concentrados na área de bioquímica e biofísica.

Foi diretor do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, tendo sido fundador do Centro de Biologia Marinha daquela instituição.

O professor doutor Metry Bacila, foi também um dos expoentes do Programa Antártico Brasileiro, tendo projetado os Laboratórios de Pesquisa Biológica da Estação Antártica Comandante Ferraz.

Atualmente coordena o grupo de pesquisa: Bioenergética e Impacto Ambiental da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, tendo recebido em 15 de agosto último, o título de comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, título este outorgado em cerimônia presidida pelo presidente da República Federativa do Brasil.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, o seu reconhecimento como Cidadão Benemérito do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 623/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Franciscana de Educação Especial, criada em 1967, com o objetivo de promover o bem-estar moral, assistencial e educacional ao cidadão especial da Região Metropolitana de Curitiba.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Finda a leitura do expediente.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Sr. presidente, sobre o assunto Agência Reguladora, aqui temos a seguinte situação: o governador vetou o artigo que a Assembléia inclui na Agência Reguladora onde diz: "As empresas que na data de instalação da Agência, detentora de outorga, vencidas ou em caráter precatório, que estiverem em vigor, pela prazo determinado, terão as mesmas medidas pelo prazo previsto no artigo 98, do Decreto nº 2521, de 20 de março de 1998, em atendimento ao disposto do artigo 42, inciso 2º da Lei Federal nº 8997, de 13 de fevereiro de 1995."

Gostaria de indagar a V. Exa. então, o que é esse Decreto Federal nº 2521, de 20 de março de 1998 e o que é esta Lei Federal nº 8997 de 13 de fevereiro de 1995? Esta é a indagação que faço à Mesa para que possa nos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou pesquisar, nobre deputado, e amanhã darei a informação a V. Exa., porque também não sei.

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas V. Exa. inclui na Ordem do Dia essa lei com estes termos, e a Assembléia Legislativa derrubou um veto...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não foi a Assembléia que inclui, veio na mensagem do governador, acho que há um equívoco de V. Exa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Não, este artigo não veio na mensagem do governador, este artigo foi colocado pela Assembleia Legislativa, vetado pelo Palácio Iguazu e derrubado o veto pela Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com emenda de quem, V. Exa. pode me informar?

O SR. NEIVO BERALDIN

Não sei de quem, eu sei dizer que...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então vou me inteirar, nobre deputado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas a Mesa que colocou na Ordem do Dia...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou me inteirar e falar para V. Exa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Solicito esta informação afim de que a Casa e a imprensa do Paraná tomem conhecimento do que é esse decreto e o que é esta lei que nós não sabemos.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, acredito que eu possa contribuir no esclarecimento desta dúvida do deputado Neivo Beraldin. Veio mensagem do governo do Estado instituindo Agência Reguladora da Infra-Estrutura, do Estado do Paraná que foi aprovada, naquela oportunidade, apesar dos protestos da Bancada de Oposição, apesar das emendas que fizemos e que foram rejeitadas.

O governador, ao sancionar o projeto de lei que institui a Agência Reguladora, vetou, - se não me falha a memória, - o artigo 42, que prorrogava por 15 anos concessões de acordo com a legislação federal. E esse veto, deputado Neivo, juntamente com o veto apostado às emendas do QPPE, juntamente com o veto apostado a um projeto do deputado Ribas Carli - se não me engano, - que trata da cota mínima de água e esgoto e um outro projeto do Cleiton Kielse, foram todos esses vetos em bloco analisados pela Assembleia Legislativa. Evidentemente, todos nós ficamos na camisa de força. Se nós aprovássemos os vetos do governador, que era o que nós tínhamos que fazer nessa questão os vetos do Governador ao QPPE. Então nós ficamos numa camisa de força. Os quatro vetos foram de uma vez só, então derrubaram-se os vetos do governador nas emendas QPPE e também nessa questão da Agência Reguladora, que entendemos ser uma coisa absurda. O que nos resta agora é argüir a inconstitucionalidade dessas questões.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

V. Exa., se me permite, sabe que aqui está incluído o monopólio de ônibus, têm as suas concessões vencidas,

99% estão vencidas e aqui está a aprovação do alongamento dos contratos vencidos das empresas de ônibus do Estado inteiro e outras concessões.

Então, esse é o assunto que versa da maior gravidade, da maior responsabilidade, sobretudo, do Poder Legislativo, esse assunto já é um assunto que, posso dizer, a justiça terá que ser acionada, porque, sem sombra de dúvida se revela um grande escândalo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só informando V. Exa., nobre deputado, que esse assunto já foi discutido anteriormente e V. Exa. terá condições - meios legais têm - só na justiça agora. Já foi derrubado o veto. Eu estava pensando que o senhor estava me questionando sobre alguma coisa que estava na pauta do dia de hoje. Sobre esse assunto não há mais nada no dia de hoje. V. Exa. está questionando um veto que foi derrubado há mais de dez dias.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Exatamente, está no Diário Oficial.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. não estava presente no dia em que foram votado os vetos?

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Não estava presente na Sessão, por isso que estou levantando isso. Aliás, a presença maciça dos deputados do governo, só se dá quando é para fazer esse tipo de coisa. Infelizmente a minoria quando aqui está, que é a Oposição, acaba dando quórum muitas vezes para a maioria fazer esse tipo de serviço. Esse serviço, sinceramente, partindo do Poder Legislativo, que é o primeiro Poder do Estado, é preocupante.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Acho que V. Exa. tem todo o direito de questionar. A decisão da maioria já foi tomada, já foram derrubados os vetos. Cabe a V. Exa. entrar na justiça.

Passo a palavra ao Partido do PT.

Concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Uso o horário da Liderança do PT, primeiro para fazer uma constatação. Hoje, na reunião da CCJ, o projeto que está tramitando na Casa - que é um decreto legislativo, que diz respeito a algumas portarias, duas portarias e uma resolução da Secretaria da Segurança, da Secretaria da Educação - foi analisado pela CCJ e o deputado Duílio Genari, corretamente exercendo o seu direito, pediu vistas. Só que há um problema: essas três resoluções o Plenário da Assembleia aprovou o regime de urgência há dez dias atrás. Então gostaria que retificasse o envio para a CCJ, porque o deputado Duílio Genari pode pedir até vistas, mas não com o mesmo prazo regi-

mental, porque já havia uma decisão do Plenário de impor um regime de urgência para que essa discussão fosse travada no Plenário.

Então, que a Mesa Executiva ou a Assessoria Legislativa da Assembléia, anexasse, apensasasse aos decretos de resolução o regime de urgência, para que os membros da CCJ se debruçassem com mais tranqüilidade, tendo em vista uma urgência de prazo já aprovado pelo Plenário da Assembléia.

A outra questão senhor presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

V. Exa. me concede um aparte?

Só para um esclarecimento, senhor presidente, porque fui o relator dessa matéria na comissão e não estava anexado no projeto o regime de urgência, então inclusive quando questionado, deputado Vanhoni, sobre o regime de urgência, eu prontamente consultei o projeto e não havia nenhum documento dizendo que o Projeto estava em regime de urgência.

Então, gostaria, inclusive que se foi aprovado em plenário esse regime de urgência, que fosse remetido à comissão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos determinar ao Departamento Legislativo que inclua no projeto de regime de urgência, e a comissão terá o prazo regimental de 48 horas para que possa, e não se concede vistas.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, a outra questão que a Liderança do PT me incumbiu de trazer ao Plenário, diz respeito a um projeto que está sendo discutido hoje na Ordem do Dia, sobre a criação de cargos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em primeira discussão. Até posso entender que a criação de cargos seja necessário, no entanto a justificativa pensada ao projeto é débil, é frágil e não traz consistência para que possam orientar a nossa votação.

E o que ressalta aos olhos é a criação do cargo de fisioterapeuta no Tribunal de Contas. A Assembléia Legislativa já fez um esforço, desde a morte do deputado Anibal Khury, para que fosse, com o passar do tempo, se desvincilhando das atividades que não são próprias para o Poder Legislativo: a extinção do Departamento Médico, a extinção e racionalização do Departamento Odontológico, fisioterapeutas na Assembléia Legislativa. Vossa Excelência foi um dos artífices impulsionadores dessa atitude, então me estranha o Tribunal de Contas mandar o projeto onde cria o cargo de fisioterapeuta.

Pergunto: é essa a atribuição do Tribunal de Contas? Será que não estaremos subvertendo a sua função principal, que é a de fiscalizar, acompanhar as contas? Me parece que contratação de médicos, dentistas, fisioterapeutas, qualquer atividades desta finalidade, não cabem ao Tribunal de Contas, muito menos à Assembléia Legis-

lativa. Nós já tomamos uma medida nesse sentido, foi dura, porque pessoas estavam trabalhando aqui há muitos anos, tiveram os seus vínculos trabalhistas cortados, sabemos dos problemas que aconteceram para essas pessoas.

Então, gostaria que V. Exa. concordasse que esse projeto fosse retirado aí por uma Sessão, ou duas Sessões, para que em contato com a Presidência do Tribunal de Contas pudesse reconduzir esse projeto mais de acordo para a Assembléia.

Obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, entendo que temos três Poderes no Estado. O Tribunal de Contas, na nossa visão, não tem poder para remeter projetos de lei para que esta Casa analise; o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, e ele coloca aqui: 1ª discussão do projeto de lei número tal, autoria do Tribunal de Contas. Não temos quatro Poderes no Estado, temos três Poderes.

Então, este projeto não pode estar na pauta, porque o Tribunal de Contas não tem autonomia para propor projeto de lei para que esta Casa analise.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Infelizmente, nobre deputado, há uma falha na nossa Constituição. Aqui, fala que os tribunais podem ser autores de mensagens.

Então, temos que alterar a nossa Constituição, para que possamos não aceitar essa solicitação do Tribunal de Contas.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Qual o artigo da Constituição que determina isso, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Até a hora da votação daremos esclarecimento a V. Exa.

PPB; PMDB; PFL; PSDB.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, sobre aquele assunto anterior, consulte a assessoria da Mesa se é possível a criação de cargos neste período eleitoral também. Se a legislação permite isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos retirar o projeto da Ordem do Dia por uma Sessão, para encontrarmos um denominador.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados.

Os senhores deputados são testemunhas da minha presença aqui nesta Casa. Toda segunda-feira, terça-feira estamos aqui acompanhando os trabalhos, apresentando requerimentos, aprovação de projetos. E abri a Folha de

Londrina onde diz que o deputado Nelson Tureck faltou em todas as Sessões. É lastimável que uma coisa dessas aconteça através da imprensa que participa, que está presente, vendo a presença dos deputados. Tive apenas três faltas justificáveis. E que não recebi salário, e recebi salário.

Em época eleitoral os adversários se aproveitam de um momento desse e tem que fazer esta justificativa.

A imprensa, antes de soltar uma notícia dessa, deveria consultar se é verdadeira. Porque vejo muitas vezes projetos importantes, reais e fundamentais para o Paraná, que este parlamentar apresentou e nunca vi a imprensa divulgar, principalmente um dos maiores projetos da história desse Estado que é o “Plantio de ouro branco no Paraná”, que é o plantio do algodão. Nunca dando ênfase a uma notícia, a um projeto importante para o trabalho do nosso trabalhador.

Peço ao senhor presidente que seja feita uma divulgação, uma retratação, porque vou entrar na justiça contra a Folha de Londrina.

Não é possível um deputado que vem aqui defender os interesses do povo do Paraná, da nossa região, tenha sua imagem maculada. E tem mais uma: se eu tivesse faltado, concordo, porque fica muito mais bonito um parlamentar que faltou ser descontado, do que aquele que faltou e levou o cheque. Não concordo que o deputado Nelson Tureck seja massacrado pela imprensa com uma notícia falsa, porque está aí nas notas taquigráficas da Casa a minha presença. E os senhores deputados são testemunhas. Não posso concordar com um ato desse, que muitas vezes pode ser politiqueiro, porque o deputado está sempre atuante nesta Casa.

Concedo um aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Nelson Tureck, essa notícia é dada pela Comissão Executiva da Casa exatamente no período eleitoral. Evidentemente que traz um desgaste maior para os deputados que estão na ativa. Se isso fosse rotineiro durante o mandato, seria digno de louvor, mas exatamente na época eleitoral? Exatamente na época que constatamos que o governo gastou 509 milhões em publicidade e propaganda? Tenho todas as Atas da Sanepar. Tenho cada Ata de quanto cada veículo de comunicação levou. Há jornais que levaram muito dinheiro da Sanepar.

Com certeza levaram muito dinheiro do Banestado. E aprovamos aqui, no ano passado, um requerimento dia 19 de junho, solicitando essas informações e a Casa não se fez valer. A direção da Casa deveria ter considerado que o Plenário aprovou o requerimento e se o governo não respondeu, deveria ter representado judicialmente em nome do Poder, porque o Regimento Interno lhe dá esse poder.

Deputado Tureck, conheço muitos deputados que faltam aqui ao Plenário, mas a nós não podem atribuir ausência; a nós não podem atribuir a presença da palavra

e a presença do diagnóstico do comportamento do Poder Executivo. Não merecemos isso, ao contrário, acho que merecemos o respeito, a consideração e sobretudo, o respeito de quem cumpre a função que o povo delegou.

O Plenário aqui está magoado, todos estão magoados, se fosse rotineiro a direção desta Casa mereceria os nossos aplausos, mas não é rotineiro e também não há uma contagem que justifique se esse entrou e saiu do plenário; não há um rigor, sempre foi dada a presença dos parlamentares.

Então, deputado Nelson Tureck, era esse o meu aparte.

O Sr. Divanir Braz Palma

Concede um aparte, deputado?

Gostaria também de apoiar o nosso querido deputado Nelson Tureck e dizer que se serve o meu testemunho...

Nós também, quando decidimos deixar de concorrer a esta eleição, tomamos por cuidado, com todo carinho, direcionar o máximo possível de apoios daqueles companheiros da região da Concan, para o deputado que fosse atuante, sério, competente, trabalhador e responsável. O primeiro nome que apareceu em nossa mente foi de V. Exa., deputado Nelson Tureck.

Hoje, graças a Deus e à compreensão dos nossos companheiros, V. Exa., herdou, praticamente, 90% do apoio dos nossos líderes da região da Concan que estavam conosco.

Isso porque sempre tivemos o cuidado de ver o seu desempenho, o seu trabalho, a sua luta, principalmente com relação ao homem ligado à terra. E nós que somos do interior, do Norte do Paraná, da região Noroeste, ligados a terra também, trabalhamos juntos e tenho certeza que V. Exa. vai continuar representando muito bem a nossa região, da Concan.

Estou deixando o meu mandato, terminando. Não serei mais candidato a deputado estadual, mas também queria dizer, acompanhando o raciocínio do deputado Neivo Beraldin, que foi de uma infelicidade muito grande a direção da Casa em dar uma proeminência tão grande às faltas neste momento tão delicado que é a época de eleições. Se fosse rotineiro, se tivéssemos livro de ponto aqui, como têm nas empresas, acho que seria interessante divulgar toda semana. Mas, agora, neste momento, também desaprovo.

Muito obrigado!

O SR. NELSON TURECK

Só queria pedir ao presidente para que esse erro seja reparado, para que não paguemos pelo que não cometemos. Nós que viemos lá do interior do Paraná para defender Campo Mourão, para defender a nossa região e aí vemos adversário político se aproveitando de um fato que não ocorreu.

Então, peço que a Casa tome as providências e que realmente esse erro seja corrigido.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós mandamos fazer a verificação em todas as Atas e com certeza, V. Exa. estará presente e será feita por esta presidência, a devida correção das duas ausências, que, na realidade, não existiram.

Consulto a Liderança do PTB, PPS.

(Declinam)

Consulto a Liderança de Oposição se fará uso do seu horário.

Com a palavra o senhor Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu, deputado Waldyr Pugliesi, durante o ano de 2001, não faltei a nenhuma das Sessões desta Casa; no ano de 2002 também não faltei a nenhuma das reuniões que foram realizadas pela Casa.

Portanto, tenho autoridade moral para defender o que vou dizer: perdoe-me o senhor presidente da Casa, mas essa medida é oportunista. A menos de um mês das eleições, o senhor presidente talvez esteja pretendendo aparecer na imprensa do Paraná, como “guardião da moralidade pública”! Há quanto tempo o presidente está presidindo esta Casa? Por que essas medidas não foram tomadas anteriormente?

Olha, senhor presidente, senhores deputados, fazemos essa longa caminhada e depois, a imprensa está aí, muitas vezes somos obrigados a engolir isso que nós engolimos aqui. Por exemplo, a inserção desse artigo 43, imoral, está desmoralizador para esta Casa. E quando que se coloca isso aqui? Na vigésima quinta hora e sempre! E se faz dessa maneira!

Agência de fomento, a regulação, essa coisa toda. E o presidente da Casa está dizendo que talvez vá colocar antes das eleições, o projeto que reorganiza e disciplina as questões judiciais.

Ora, senhor presidente! V. Exa. permita-me dizer com todas as letras: isso não é sério. Não é sério!

O Congresso Nacional está em campanha, você vê as Sessões lá, todo mundo fazendo campanha. Tenho autoridade moral porque vim em todas as Sessões. Agora, senhores deputados, a Mesa quer transformar a Assembléia Legislativa em um antigo 4º ano de Grupo: “Joaquinzinho... presente; Mariazinha... presente...”!

Não é assim que se faz política!

Quando nós ficamos aqui para impedir que esse governo vendesse a Copel, cumprimos a obrigação aqui no meio da rua.

Agora, o oportunismo, fisiologia da Mesa da Assembléia, estou sendo ético. O deputado Divanir Braz Palma que tomou a decisão de não mais votar a essa Casa, estava cheio de razões quando fez uma intervenção no dia de hoje.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Gostaria que V. Exa. me isentasse como 2º secretário, porque não tenho nada a ver com isso.

A Mesa, não eu. Isentando esse deputado que não tomou iniciativa nenhuma de fazer isso. Porque todas as iniciativas que tive, inclusive na venda da Copel quando policiais entraram armados, cães, aqui para desmoralizar o Legislativo e disse isso na televisão e digo aonde precisar: meu voto foi vencido e represento a Oposição com dignidade nesta Casa.

Sou homem e não mudo de lado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

E quem é que está colocando alguma dúvida no comportamento de V. Exa.?

O SR. ANTONIO ANIBELLI

V. Exa. disse a Mesa Executiva, como o deputado Neivo Beraldin também é a Mesa Executiva.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Pelo menos pela maioria, então excluo V. Exa. é do meu Partido.

Agora, senhor presidente, acho que devemos discutir os nossos problemas.

Agora, na última hora, quando todo mundo está tratando da vida do Paraná, da vida de cada um, da vida da população do Paraná, do comércio, da agricultura e nós aparecemos aqui com um projeto do Tribunal de Contas para criar cargos; policiais militares e civis estão todos aqui. Agora o governo é o “Papai Noel” antecipado e encontra guarida aqui na Casa para fazer essas tentativas que, na realidade, só desmoralizam o Poder Legislativo.

Não me convenço e já quero, de antemão, registrar o meu protesto que se vier esse problema, aí talvez nós tenhamos uma “chuva de cartórios”. O tempo está propício, até cai neve, mas talvez caiam cartórios e mais cartórios. Quantos!? E se possível na Sessão do dia 4 de outubro ou talvez se vá convocar a Assembléia para nós, no dia da eleição, em uma Sessão Extraordinária, venhamos aqui votar.

Ah! Olha só! Tenha paciência! Neivo Beraldin, eu vim a esta Tribuna e falei o seguinte: esse veto apostado pelo governador Lerner é um veto que teremos que aprovar nesta Casa. Mas aqui estavam os funcionários públicos, então era aquela tal história: “se correr o bicho pega e se ficar o bicho come”. Nós queremos contemplar aquilo que pretendem os funcionários. E o que fizeram?

Agruparam todos os vetos. Se nós rejeitamos aqui, prejudicando os funcionários, nós estamos coonestando uma patifaria que fizeram aqui. E depois vão falar que nós somos radicais, que eu estava nervoso. Mas quem é que não fica enojado com esse tipo de coisa?

Essa é a minha opinião! Estou falando em meu nome, não estou falando em nome de ninguém. Assumo e sempre assumi as minhas posições. Então, fica bem claro esse tipo de coisa. Já, já, se nós não falamos aqui: Ah! Dia 9, se houvesse rotina para se fazer com que as exigências em cima dos deputados fossem feitas; tudo bem!

Mas, aparecer a vinte dias da eleição com uma medida oportunista, fisiológica e eleitoreira, foi o comportamento da Mesa desta Casa.

Essa é a minha opinião e quero registrá-la aqui com todas as letras, da mesma maneira que outro dia me levantei contra uma patifaria que fizeram também dentro do meu Partido, que agora não tenho mais tempo, mas vou falar a respeito desse assunto também.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência até entende a posição de V. Exa. Esta Presidência nunca pautou por qualquer ação que desabonasse esta Casa.

O desabafo de V. Exa. eu entendo perfeitamente, é uma questão política e vamos respeitá-la. Agora, em relação a projetos que são votados aqui, nobre deputado, o Plenário é soberano, não é o presidente quem decide. E quero colocar a V. Exa. que a reforma da organização Judiciária do Estado está aqui na Casa, com o relator deputado Caíto Quintana, desde o ano passado e não foi apresentada nem na Comissão de Constituição e Justiça. Está em regime de urgência desde o último mês de junho e não vai ser votado antes da eleição.

Mas, quero afirmar a V. Exa. que se vier uma mensagem para a Polícia Militar, a maioria decidirá se vota ou não. Colocarei na pauta imediatamente, se vier beneficiando essa classe.

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do Governo.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 senhores deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria dos deputados Hermas Brandão, Durval Amaral e Algaci Tulio, constante do expediente, devidamente apoiada. **Rrecebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Projeto de lei de autoria dos deputados Orlando Pesuti e José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Cleiton Kiele, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 04 (quatro) de autoria da deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2182, de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente, comunicando a Mesa Executiva da Casa que estará ausente nas sessões plenárias nos dias 09, 10 e 11/09/2002, para tratamento médico devido a problemas de saúde, conforme atestado médico em anexo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 538/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública o Provopar, do município de Rio Bom, com sede e foro no município de Rio Bom. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 538/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Ação Social- Provopar, com sede no município de Rio Bom e foro no município de Marilândia do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.08.2002

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 164/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, acresce alínea "D" ao inciso II do Artigo 42 da Lei Estadual nº 12.398, de 1998, que institui o Paraná Previdência. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2002, de 01.04.2002).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 458/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa Protegida Malala Maciel, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2002, de 24.06.2002).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 460/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica da Igreja Evangélica Petencostal Unida na Missão de Cristo, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2002, de 24.06.2002).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 461/2002, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas “Chão Vermelho”, de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2002, de 24.06.2002).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 464/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Assistencial Alimentação Maior “Nalma”, com sede e foro no município de Ibiporã. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2002, de 24.06.2002).**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/2001, de autoria do deputado Luiz Fernando Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Garra de Judô e Karatê, com sede e foro no município de Dois Vizinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 700/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Aterro Alto - Acater, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 449/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual o Grupo de Assistência ao Paciente com Câncer Cíntia Cristina de Oliveira Souza -

Gapacan, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro no município de Cruzeiro do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/2002, de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública o Núcleo de Criadores de Gado Jersey do Sudoeste do Paraná, com sede no município de Francisco Beltrão e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 12

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vicente Lopes - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 13

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Enéas Marques, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 557/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ampliar a finalidade da doação de imóvel localizado nesta Capital, à Sociedade Eunice Weaver do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - de Santo Antonio da Platina, com sede e foro na cidade de Santo Antonio da Platina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Médica Hospitalar Dr. Lincoln Graça, com sede e foro na cidade de Joaquim Távora. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Municipal Manoel Medina Martins - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Rancho Alegre D'Oeste e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2002, de 24/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 456/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Municipal Manoel Medina Martins - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Rancho Alegre D'Oeste e foro no município de Goioerê.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 456/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Municipal Manoel Medina Martins - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Rancho Alegre D'Oeste e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários na Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/2002, de 27/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 501/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários na Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro, com sede e foro em Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2002, de autoria do Tribunal de Contas, que cria cargos na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 096/2002, de 02/07/2002- 1ª Discussão).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 503/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas, visa criar cargos na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 503/2002

Fica alterado o artigo 1º, do Projeto de Lei nº 503/2002, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Ficam criados, na estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas: 06 (seis) cargos de analista de sistemas, AS-E01; 06 (seis) cargos de técnico de controle contábil, TCC-E1; 02 (dois) cargos de assessor de engenharia AE-E01; 02 (dois) cargos de assessor de comunicação, AC-DO1; 02 (dois) cargos de Fisioterapeuta, FT-D01; e (um) cargo simbologia DAS-4, de Assessor Administrativo da Presidência, conforme estabelecido nos Anexos I e II.”

Sala das Comissões, em 02.08.2002.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

O item 19, conforme requerimento verbal do deputado Ângelo Vanhoni, vai ser retirado por uma Sessão.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Por uma Sessão? Ou esta Casa então quer dizer que aceita mensagem ao projeto de lei de iniciativa do Tribunal de Contas?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

De acordo, nobre deputado, com o nosso regimento Interno, artigo 125, a iniciativa dos projetos cabe a qualquer membro da Assembléia, ao governador, aos tribunais e ao Ministério Público.

O SR. NEIVO BERALDIN

Ao Tribunal de Justiça?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

E tem uma decisão do Supremo que está aqui que nós vamos fornecer a V. Exa.

(**Lê**):

“E, na verdade, acentua o Ministro-Relator em seu voto vencedor, mas, sem sombra de dúvida, os julgamentos proferidos pelos senhores ministros, Aliomar Baleeiro e Thompson Flores, abonam a tese que afirma a prerrogativa dos Tribunais de Contas dos Estados de proporem aos respectivos Poderes Legislativos Estaduais, diretamente, a criação, a forma de provimento e os vencimentos dos cargos de seus auxiliares.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, se me permite a palavra, gostaria de tecer algumas considerações a respeito deste projeto.

Senhor presidente, solicito a V. Exa. que determine a retirada desse projeto pelo menos até passarem as eleições.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. faça um requerimento e apresente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Então eu faço verbalmente...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Havia um requerimento verbal do deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. NEIVO BERALDIN

Faço verbalmente e, na sequência, encaminho a V. Exa. por escrito, tendo em vista que o Tribunal de Contas, os aposentados representam 27 milhões por ano. O Tribunal de Contas tem até um coral. Daqui a pouco o Poder Legislativo está com menos estrutura do que o órgão auxiliar.

Agora, senhor presidente, criar cargos na época da eleição? V. Exa. pode, tem poder para isto, o Regimento Interno lhe confere...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não sou eu que tenho poder.

O SR. NEIVO BERALDIN

V. Exa. inclui na Ordem do Dia. Isto é prerrogativa do presidente. Nenhum projeto de lei poderá tramitar sem a sua anuência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas o Plenário tem o poder de decisão de votar ou não.

O SR. NEIVO BERALDIN

V. Exa. tem regimentalmente a prerrogativa de colocar na pauta e retirar aquilo que V. Exa. bem entender. Isto é prerrogativa do presidente.

Então, o apelo que eu faço, senhor presidente, para que se chegue a um consenso, que se faça uma reunião de líderes e se discuta o que é que vamos votar antes da eleição. Esse tema, por exemplo, V. Exa. pode retirar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto se V. Exa. está propondo e vai oficializar o pedido para a retirada.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Pelo menos até que se façam as eleições.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou colocar em votação o requerimento de V. Exa. e solicito que V. Exa. encaminhe à Mesa Executiva. Por quantas Sessões V. Exa. está retirando?

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Encaminharei com muito prazer, como o fiz anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por quantas Sessões V. Exa. está retirando?

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Por 10 Sessões.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 2220, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 503/2002.

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto São José - ISJ, com sede e foro na comarca de Peabiru. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2002, de 02/07/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 510/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto São José - ISJ, com sede e foro no município de Peabiru.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João XXII - Ensino Médio, com sede no município de Janiópolis e foro na comarca de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2002, de 02/07/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 513/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do

Colégio Estadual João XXII - Ensino Médio, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 513/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João XXII - Ensino Médio, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer e Eli Ghellere.

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual D. Pedro II - Ensino Fundamental, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2002, de 02/07/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 514/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dom Pedro II - Ensino Fundamental, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 514/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dom Pedro II - Ensino Fundamental, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2178 a 2180, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2188 a 2190, 2208 e 2209, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2192 a 2194, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2195, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Requerimento nº 2196, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2198 a 2200, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2201 a 2206, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2211, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2213, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2165 e 2166, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente de Sessão anterior. Retirados pelo autor.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Faço um apelo ao deputado José Maria - se for complacente com o nosso pleito - em retirar o presente requerimento e nós nos comprometemos até quarta-feira, em lhe dar todas as informações, objeto deste requerimento, como no outro requerimento que deverá ser feita a leitura na sequência também que tem o mesmo endereçamento, me parece.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, o objetivo deste parlamentar é obter as informações, desde que elas estejam à disposição nossa e que possamos fazê-las públicas, não importa a forma com que as tenhamos, se for pela aprovação ou se for pela decisão da Liderança do Governo em colocar à nossa disposição.

Concordo e retiro os dois requerimentos e aguardo a entrega dos documentos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Serão retirados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 456, 501, 510, 513 e 514/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 364, 533, 544, 563, 571, 576, 578, 580, 582, 586, 589, 590, 591 e 592/2002.

Levanta-se a Sessão.